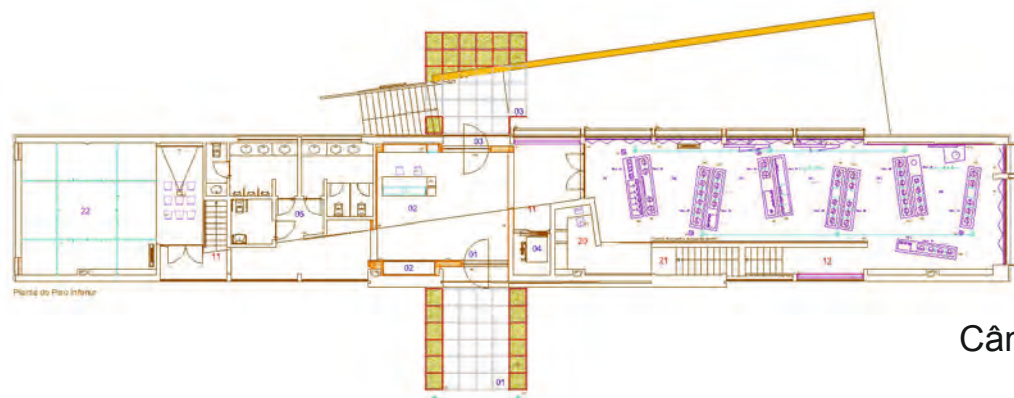
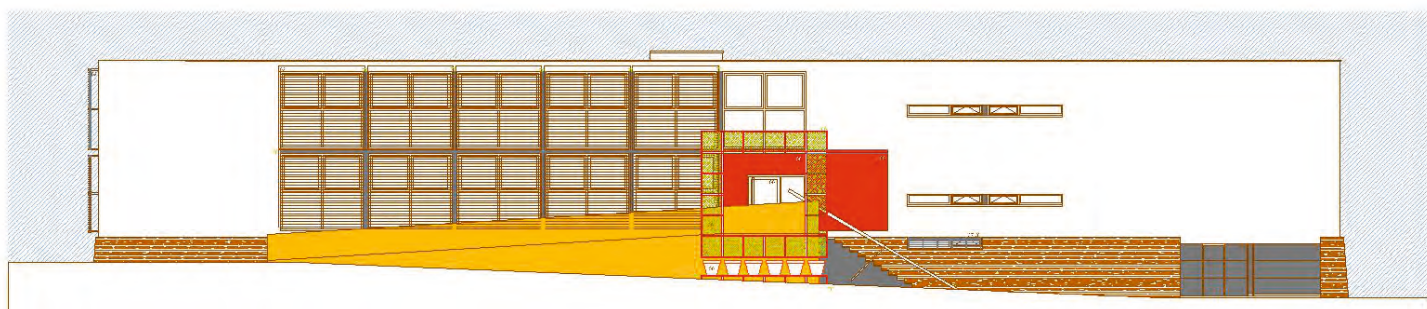




RELATÓRIO DE GESTÃO 2015



Câmara Municipal de Sousel
Município de Sousel

INDÍCE

	Pág.
1 - INTRODUÇÃO	1
2- REGISTO BIOGRÁFICO DO MUNICÍPIO	2
2.1- IDENTIFICAÇÃO	2
2.2- POPULAÇÃO E GEOGRAFIA	2
2.3- EXECUTIVO MUNICIPAL - COMPOSIÇÃO	2
2.4- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	7
3 – ENQUADRAMENTO	8
3.1 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS	8
3.2- RECURSOS HUMANOS	8
3.3- EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS	18
3.4- RECEITA OBTIDA	21
4- ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL	22
4.1- CONTABILIDADE DE CUSTOS	22
5- DÍVIDA TOTAL	30
6- INDICADORES	33
7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	39
8- CONCLUSÃO	40

1 - INTRODUÇÃO

O executivo municipal apresenta, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art. º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** (DPC) relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2015.

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. º 53º do referido diploma legal, os DPC serão apreciados e votados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril.

Os DPC foram elaborados segundo as regras e princípios definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), e apresentados conforme estabelece a Resolução 4/2001 - 2. Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001 -Instruções 01/2001.

O Relatório de Gestão traduz, de forma sucinta, a atividade da Câmara Municipal no ano 2015 e em alguns casos específicos, e sempre que aplicável, a comparação com anos anteriores.

O Relatório aborda igualmente a situação financeira da autarquia, a evolução da dívida total e a proposta de aplicação de resultados.

É de assinalar que a conta do município de Sousel está elaborada de acordo com o imperativo do novo quadro legal, refletindo na análise que se efetua o recurso a indicadores agora disponíveis.

2. REGISTO BIOGRÁFICO DO MUNICÍPIO

2.1. IDENTIFICAÇÃO

- ✓ Município de Sousel
- ✓ Praça da República, 7470- 220 Sousel
- ✓ Telefone (geral): 2668550100 Fax: 268550110
- ✓ Mail: geral@cm-sousel.pt
- ✓ NIF: 506.809.560

2.2 POPULAÇÃO E GEOGRAFIA

Relativamente ao Concelho de Sousel, os censos 2011 registam 5074 habitantes distribuídos por 2076 famílias, para as quais existiam 3 757 alojamentos.

Um dos aspetos mais marcantes da demografia do concelho é o envelhecimento da população. O índice de envelhecimento (relação existente entre a população com 65 ou mais anos e a população com 0-14 anos) era, em 2011, de 231 idosos por cada 100 jovens.

2.3. EXECUTIVO MUNICIPAL – COMPOSIÇÃO

Este mandato, cujo inicio ocorreu em 14.10.2013 o atual executivo municipal é composto por:

Presidente

- ✓ Armando Jorge Mendonça Varela

Vereadores

- ✓ Marta Susana Rebocho Carujo
- ✓ Emilio Manuel Minhós Sabido
- ✓ João Jerónimo Machadinha Maia
- ✓ José Bernardino Rodrigues Pascoal

O Presidente e a Vereadora Marta Susana Rebocho Carujo exercem funções em regime de permanência, enquanto os vereadores Emilio Manuel Minhós Sabido, João Jerónimo Machadinha Maia e José Bernardino Rodrigues Pascoal, em 31.12.2015 exercem funções em regime de não permanência. A Vereadora Marta Susana Rebocho Carujo é a Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara Municipal**Armando Jorge Mendonça Varela**

Nasceu em Lisboa a 1 de Julho de 1965.

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Gestão de Empresas, pela Universidade de Évora e Pós Graduação em Finanças, pela Universidade Católica Portuguesa, Contabilista Certificado nº 23211

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Iniciou o seu percurso profissional como docente em várias escolas da região, nomeadamente na Escola C+S de Arraiolos, na Escola Secundária Severim Faria, em Évora e na Escola Secundária Rainha Santa Isabel de Estremoz (1986-1990).

Entre 1990 e 2002 trabalhou na área da assessoria administrativa e financeira, nomeadamente ao nível de controlo de custos, de gestão e informatização na Empresa Carvalho e Sobrinho, em Elvas, na Empresa Industrial Bastos Ribeiro, em Sousel e na Casa Agrícola Teófilo de Castro Duarte, em Fronteira.

Foi Sócio Gerente da empresa Varela & Varela, supermercados, Lda. (1990 e 1994).

Desempenhou os cargos de Diretor Financeiro da "Olidal- Olivicultores do Alentejo, CRL", em Santo Amaro (1993-2000); de Sócio Gerente e Diretor Financeiro das empresas Gestalbi, Lda – Casa Branca, concelho de Sousel, Gestalter, Lda., em Alter do Chão, Ecogef, Lda., em Benavila, Concelho de Avis e Megalentejo, Lda., em Ponte de Sôr (1994-2005); de Diretor Financeiro da Tomasel- Organização de Produtores Hortícolas, S.A, com sede em Cano, até 2005; de Diretor da ANOP - Associação Nacional de Organização de Produtores-, para o sector do Tomate, tendo mais tarde assumido o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da mesma Associação.

No âmbito da atividade associativa de cariz social integrou a Direção do Centro Social Adriano Rovisco dos Santos de Casa Branca (1991-1996) e presidiu o Conselho Fiscal de outra IPSS, a Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel (1999-2001). Atualmente é Presidente da Assembleia Geral da Associação Recreativa e Cultural de Sousel, da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sousel, Presidente da Assembleia Geral da CERCI Estremoz e Presidente do Conselho Fiscal da Escola de Artes do Norte Alentejano.

Foi Presidente da Assembleia Geral da ACIPS - Associação de Comerciantes e Indústrias do Concelho de Ponte de Sor, sendo atualmente Presidente do Conselho Fiscal. Presidiu a Assembleia Geral das Águas do Norte Alentejano entre 2008 e 2010 e ao Conselho de Administração da AREANatejo - Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano entre 2005 e 2009. No mesmo período (2005-2009) desempenhou o cargo de Administrador da ADRAL, SA - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, sendo vogal da Comissão executiva desde 2006.

É Presidente da Assembleia Geral do MATSEL- Matadouro Regional do Alto Alentejo, e das Assembleias Gerais da FICA – Associação da fileira da Carne do alentejo e do NECS- Núcleo Empresarial do Conselho de Sousel. É ainda secretário da mesa do Nerpor – Associação Empresarial da Região de Portalegre.

No âmbito da atividade política assumiu o cargo de Vereador da Câmara Municipal de Sousel (2001-2005) e de Presidente da Câmara Municipal de Sousel (2005-2009), cargo que continua a desempenhar até à presente data.

Foi membro do Conselho Geral e Consultivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

É membro do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Presidiu à Comissão Política do Partido Social Democrata da Secção de Sousel e à Assembleia Distrital de Portalegre, sendo atualmente Presidente da Comissão Política Distrital do PSD. É membro do Conselho Nacional do Partido Social Democrata.

Foi Presidente da CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, de 2009 a 2015. Atualmente é Presidente da direção da Associação Portalegre Distrito Digital.

Vice-Presidente da Câmara Municipal

Marta Susana Rebocho Carujo



Nasceu em São Lourenço - Portalegre a 2 de Dezembro de 1978.

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Sociologia, pela Universidade Autónoma de Lisboa, Pós Graduação em Administração Desenvolvimento Regional e Local na Escola de Administrativa Publica Luis Sá – Palmela/Universidade Lusófona, Pós Graduação em Gestão Autárquica Avançada, pelo Instituto Superior de Educação e Ciências.

Curso de Gestão Publica na Administrativa Local (GEPAL), em 2013.

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Em 1999 iniciou o seu percurso profissional na área da formação profissional no Centro de Formação Profissional TACAFORME – Lumiar.

Em 2000 prosseguindo a mesma área – a formação – inicio projeto no centro de artes e ofícios de Sousel, Centro de Formação “Ideias de Pedra e Cal”, em Estremoz e em 2004, Formadora da MultiAlentejo de Portalegre.

Em 2002 iniciou a sua carreira profissional como Socióloga na Camara Municipal de Sousel.

Em 2011 foi nomeada Chefe de Divisão Turismo, Cultura, Desporto Juventude e Rede Social.

No âmbito da atividade associativa de cariz social integrou a Direção, como Vice-presidente da Associação de Amizade Santo Amaro La Chapelle-Heulin (2009-2011), em (2009-2011) integrou a

Direção de uma IPSS, a Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel, assumindo o cargo de Vogal. Em (2012-2013) continuou nos órgãos sociais, como Secretária.

Atualmente é Presidente desta mesma IPSS.

No âmbito da atividade política assumiu o cargo de Vice-Presidente da Comissão Política do Partido Social Democrata da Secção de Sousel.

Atualmente é Vereadora da Câmara Municipal de Sousel nomeada como Vice-Presidente.

Vereador da Câmara Municipal de Sousel



Emílio Manuel Minhós Sabido

Nasceu em 2 de Abril de 1954, em Cano, Concelho de Sousel.

Habilitações Académicas

Frequência do 3º ano do Curso de Direito, na Universidade Internacional (1995-1998).

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Como funcionário público no Ministério das Finanças iniciou a sua carreira profissional na repartição de Finanças de Avis (1973-1997) e como Chefe de Finanças na Repartição de Finanças de Setúbal (2002-2009).

No âmbito da atividade política foi Presidente da Câmara Municipal de Sousel, eleito pelo Partido Socialista, no mandato de 1997 a 2001. Eleito pelo MIS (Movimento Independente por Sousel), em 2005-2009, desempenhou o cargo de Vereador, em regime de não permanência. Foi Vereador em Regime de Permanência da Câmara Municipal de Sousel de 2009 a 2013. Em novembro de 2015 iniciou o mandato de Vereador em Regime de não permanência, eleito pelo Partido Social Democrata.

Vereador da Câmara Municipal de Sousel



João Jerónimo Machadinha Maia

Nasceu em 23 de Fevereiro de 1980.

Habilitações Académicas: Doutorando no curso de Estudos Contemporâneos, do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Educação e Desenvolvimento Social, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra, sobre o tema “Globalização, Escola e Ensino Intercultural da História e da Geografia”.
Licenciatura em Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra.

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Iniciou o seu percurso como profissional no Centro Comunitário de Inserção da Cáritas Diocesana de Coimbra, onde ocupou funções de Estagiário e Diretor Técnico substituto;

Continuou o seu percurso profissional como profissional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências dos Centros Novas Oportunidades da Fundação Alentejo e do Agrupamento de Escolas de Estremoz, com as seguintes funções: Profissional de RVC para os referenciais de competências-chave do nível secundário e do nível básico.

É atualmente investigador tendo apresentado e publicado vários trabalhos em eventos e revistas científicas.

Formador de professores registado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua.

No âmbito associativo foi Presidente da Mesa da Assembleia-geral de Alunos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Membro da Direção do Núcleo de Estudantes de Psicologia e de Ciências da Educação da Associação Académica de Coimbra, com as seguintes funções: responsável pela área da política educativa.

Membro dos grupos de trabalho do Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal: Trabalho; Educação e Ensino Superior; Globalização; Política Externa/ Membro da Convenção Novo Rumo para Portugal.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Academia do Bacalhau de Estremoz.

Presidente da Concelhia do Partido Socialista de Sousel;

Membro da Comissão Política Distrital da Federação do Partido Socialista de Portalegre.

Membro da Assembleia Municipal de Sousel.

Membro Suplente da Comissão Nacional do Partido Socialista.

Membro Suplente da Comissão de Jurisdição Nacional do Partido Socialista.

Membro do Secretariado da Comissão Política Distrital da Federação do Partido Socialista de Portalegre.

Representante no concelho de Sousel de várias candidaturas em eleições nacionais.

Membro da Comissão de Honra Nacional da Candidatura de Manuel Alegre às Eleições Presidenciais de 2011.

Membro da Estrutura Distrital de Portalegre da Candidatura de Manuel Alegre às Eleições Presidenciais de 2011.

Membro da Assembleia de Freguesia de Cano.

Coordenador Concelhio da Juventude Socialista de Sousel.

Membro da Comissão Política Distrital da Federação da Juventude Socialista de Portalegre.

Vereador da Câmara Municipal de Sousel.

Vereador da Câmara Municipal de Sousel**José Bernardino Rodrigues Pascoal**

Nasceu em 16 de Setembro de 1961.

Habilitações Académicas:

12º Ano (Ciências)

Enfermeiro Especialista – Formador

Licenciado

Especialista em Saúde na Comunidade/Saúde no Trabalho

Carreira Profissional e Cargos Desempenhados

Iniciou o seu percurso profissional como enfermeiro até à presente data

Vereador da Câmara Municipal de Sousel.

2.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

O município não dispõe de serviços municipalizados. É detentor da maioria do capital Social da ENASEL SA, mas por força da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, em 20 de Dezembro de 2012, a Assembleia Municipal deliberou proceder à sua dissolução. Para concretização deste procedimento, em 21 de Fevereiro de 2013, a Assembleia municipal aprovou também o plano de internalização de serviços. Presentemente a ENASEL, SA encontra-se em processo de liquidação.

3. ENQUADRAMENTO

3.1. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2015 foram aprovados pelo órgão executivo em 31 de outubro de 2014 e pelo órgão deliberativo em 28 de novembro de 2014.

O valor inicial do orçamento foi de 9.892.859 €. Durante o exercício foram aprovadas 3 revisões, 19 alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, situando-se os valores finais do orçamento em 9.113.980 € (correntes 5.394.740€, capital 3.719.240€).

O Orçamento teve assim uma diminuição de receita e despesa que ascendeu a 778.879€, contribuindo para esta significativa diminuição a receita consignada proveniente de candidatura aprovada no âmbito do INALENTEJO, referente ao Centro Escolar de Sousel.

3.2. RECURSOS HUMANOS

Por imposição decorrente do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, durante o ano 2010 foi aprovada uma reestruturação dos Serviços da Câmara Municipal, a qual se manteve em vigor até 2013.

Por imposição da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto foi, por deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2012 aprovada nova estrutura nuclear de serviços, mantendo suspensa a citada estrutura até à cessação das comissões de serviço.

Em março de 2014 foi definitivamente implementada a nova estrutura de serviços aprovada, procedendo ao reajustamento dos serviços.

Os resultados desse reajustamento foram atenuados pela sucessiva aposta do executivo no aumento da capacidade de intervenção dos serviços municipais e numa aposta de recrutamento de recursos humanos especializados.

O Mapa de Pessoal do ano 2015 foi aprovado nos termos do disposto na lei nº 35/2014, de 20 de junho, pelo órgão executivo em 31 de outubro de 2014 e pelo órgão deliberativo em 28 de novembro de 2014.

Os mapas que se seguem demonstram o número de trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal de Sousel, em 31-12-2015, embora as relações jurídicas de emprego público tivessem sofrido alterações a partir de 01-01-2009.

Assim, nos mapas seguintes, como forma de introduzir uma melhor compreensão da evolução dos Recursos humanos da Autarquia desde 2005, optou-se por utilizar a terminologia atual, equiparando-a à anteriormente utilizada.

Quadro 1

		Dirigente - Superior (ou equivalente)	Dirigentes Intermediários (ou equivalente)	Técnico Superior (ou equivalente)	Assistente Técnico (ou equivalente)	Assistente Operacional (ou equivalente)	Informática (ou equivalente)	Outros	TOTAL
2005	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			4	27	73	3		107
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)				1	25			26
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	2	4	28	98	3	15	150
2006	Comissão de Serviço		1						1
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)		1	4	28	69	3		105
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)				1	23			24
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	2	4	29	92	3	13	143
2007	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			10	26	76	3		115
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			7	3	15			25
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	2	17	29	91	3	8	150
2008	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			19	25	67	3		114
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			5	3	12			20
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	2	24	28	79	3	2	138
2009	Comissão de Serviço		2						2
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			20	22	65	3		110
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			6	3	10		1	20
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	2	26	25	75	3	2	134
2010	Comissão de Serviço		6						6
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			19	25	74	2	1	121
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			2	1	13			16
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	6	21	26	87	2	1	144
2011	Comissão de Serviço		7						7
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			20	26	75	1	1	123
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			2		17			19
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	7	22	26	92	1	2	150
2012	Comissão de Serviço		6						6
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			20	25	73	1	1	120
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			2		15			17
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)								0
	Outras (avenças)	0	6	22	25	88	1	2	144
2013	Comissão de Serviço		5						5
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			19	26	75	1	1	122
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			4		6			10
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)					3			3
	Outras (avenças)	0	5	23	26	84	1	1	145
2014	Comissão de Serviço		3						3
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			21	26	76	1	2	126
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			3	1				4
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)					4			4
	Outras (avenças)	0	3	24	27	80	1	7	142
2015	Comissão de Serviço		3						3
	CTFP por tempo indeterminado (pessoal do Quadro)			22	34	87	1	2	146
	CTFP a termo resolutivo certo (contrato a termo certo)			2	1				3
	CTFP a termo resolutivo incerto (contrato a termo incerto)			1		4			5
	Outras (avenças)	0	3	26	37	91	1	3	161

Evolução dos Recursos Humanos

Da análise do Quadro 1, o número de trabalhadores ao Serviço da Câmara Municipal de Sousel em 31-12-2015 é de 161 trabalhadores.

Contudo, em 01-09-2015, foram transferidos em mobilidade para o mapa de pessoal da autarquia, 18 Assistentes Operacionais e 7 Assistentes técnicos, provenientes do mapa de pessoal do Ministério da Educação e Ciência, no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências em matéria de educação, publicado na 2ª Série do DR. Nº 145, de 28 de julho de 2015.

Assim, os trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal para desempenho de competências próprias, em 31-12-2015 eram apenas 136 trabalhadores, número manifestamente inferior ao verificado em 2005.

Para isto contribuiu a obrigatoriedade de redução de 3% de pessoal em 2012, acrescido de redução de 2% em 2013 e 2014 e a manutenção do nível de despesas com pessoal em 2015, igual ao verificado em 2014, conforme é explicado mais adiante, objetivo que foi cumprido por via da aposentação e pela caducidade de contratos.

Porém, da mesma análise podem retirar-se algumas conclusões, nas quais se destacam:

- a) Aumento do número de trabalhadores com relação jurídica por tempo indeterminado, por contraposição a uma redução no número de trabalhadores com relação jurídica a título precário, sendo assim facilmente perceptível o esforço do executivo no combate à precariedade no emprego e uma aposta na especialização e profissionalização dos seus Recursos Humanos, nomeadamente no que se refere ao pessoal operacional e Técnico Superior;
- b) Abandono do recurso a contratos de avença para desenvolvimento de atividades permanentes dos serviços, eliminando por completo a utilização de mão-de-obra a “recibos verdes”. Mantém-se apenas o recurso a um advogado, dado que a Câmara Municipal não pode, neste caso, recorrer a trabalhadores com relação jurídica previamente constituída, por incompatibilidade de funções.
- c) Recurso a recrutamento de pessoal especializado e/ou com maior nível habilitacional, contribuindo para a introdução de um novo paradigma na administração pública local, onde a exigência e a profissionalização são “chave de ordem e de sucesso”.

Apesar da análise imediata destes fatores, importa também referir que a política de recursos humanos seguida pela autarquia introduziu uma nova dinâmica à organização, pois ao longo destes anos a abrangência de intervenção foi substancialmente melhorada e alargada.

Ao nível das competências da organização interna, os serviços foram apetrechados com mecanismos que dão resposta às necessidades de funcionamento e intervenção a própria autarquia, podendo destacar-se:

- a) Oficina de serralharia
- b) Oficina de eletricidade;
- c) Oficina de carpintaria
- d) Serviço de refeitório municipal;
- e) Reforço da equipa de intervenção em trabalhos diversos, otimizando desta forma a capacidade de ação;



No que se refere à assunção de novas competências, o Município de Sousel aumentou substancialmente o nível de áreas de intervenção, podendo destacar-se:

Intervenção no âmbito da proteção civil

A estrutura de proteção civil é dirigida por um Comandante Operacional Municipal e tem ainda uma equipa de sapadores florestais.

Os serviços de proteção civil visam prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram. A equipa de sapadores florestais tem como objetivo manter as áreas florestais, caminhos rurais e bermas devidamente limpos, promovendo ações de prevenção, de vigilância, de apoio ao combate e de rescaldo pós-incêndio.

A equipa de sapadores florestais funciona ao abrigo de um protocolo de colaboração celebrado entre o Município de Sousel, o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. e a Autoridade Florestal Nacional, assegurando esta ultima entidade um apoio financeiro ao funcionamento da equipa de sapadores florestais, destinado a comparticipar parte dos encargos decorrentes da contratação de trabalhadores.



Educação

Em 28 de julho de 2015 foi publicado na 2ª série do Diário da Republica, o contrato interadministrativo de delegação de competências em matéria de educação e formação municipal.

O Contrato Interadministrativo de Educação e Formação Municipal enquadra-se no âmbito do Projeto-Piloto de cariz pedagógico e administrativo, promotor da eficiência dos recursos educativos e do processo de aperfeiçoamento do serviço público de Educação, promovendo uma maior qualidade da aprendizagem das crianças e dos

jovens, através de respostas mais eficazes e mensuráveis que permitam a melhoria continua das suas práticas pedagógicas e de um crescente envolvimento da comunidade educativa, designadamente, por via de uma maior participação da comunidade na gestão dos sistemas educativos locais e do reforço da responsabilização dos atores educativos na qualidade do serviço educativo

oferecido.

O inicio de vigência do Contrato interadministrativo de delegação de competências, constitui-se como um ponto de referencia para um modelo de gestão articulada e integrada na área da educação no território do município, potenciando uma unidade da ação das diferentes dimensões da escola e apoiando, sobretudo, a contextualização curricular de cursos, turmas e percursos educativos, adequando progressivamente o ensino às características e motivações dos alunos, harmonizando a atuação do pessoal docente e não docente.

O acompanhamento do contrato interadministrativo de delegação de competências constitui-se como uma nova, mas enriquecedora experiencia para os serviços municipais.



Atividades de enriquecimento curricular

Dando continuidade a uma política que aposta na educação, o Município de Sousel, em parceria com o Ministério da Educação e Ciência, com o Agrupamento de Escolas de Sousel e a Associação de Pais promove as atividades de enriquecimento curricular que visam ser um contributo para a formação global e diversificada dos alunos e regem-se pelo desenvolvimento de competências relacionadas com a cidadania, participação cívica, responsabilidade e autonomia. Ao mesmo tempo, constituem-se como atividades que assumem uma importância vital no despoletar de competências específicas nas seguintes áreas: Ensino do Inglês, Oficina das Ciências, Atividades de Projeto e Ligação ao Meio, Atividades Lúdico-expressivas, Ensino da Música e Atividade Física e Desportiva.



Atividades de âmbito social

O objetivo da admissão de um psicólogo foi, por um lado, criar uma maior interação com os recursos humanos na Organização, mas por outro, prestar apoio na integração social dos idosos de crianças com necessidades educativas especiais em organizações adequadas às suas necessidades;

O trabalho desenvolvido pelo psicólogo na área social permitiu ainda a dinamização da rede social,



onde foram desenvolvidos diversos projetos, entre os quais se podem destacar a criação da Universidade Sénior, o Teatro Sénior, a Tuna Sénior e a Oficina da memória. De salientar que estes

projetos foram desenvolvidos ao abrigo de parcerias estabelecidas com as diversas IPSS do concelho e com parceiros privados.

Atividades no âmbito de atividades de animação de apoio à família

Foi possível durante o exercício de 2015 dar continuidade aos serviços de componente de apoio à família com o prolongamento de horário escolar às crianças do ensino pré-escolar. Este serviço foi integralmente assegurado por recursos humanos da autarquia e compreende todos os períodos para além das 5 horas educativas diárias, asseguradas pela Educadora de Infância.



Quadro 2

Estrutura etária

ESTRUTURA ETÁRIA	TOTAL
Menos de 20 anos	
20-24	
25-29	4
30-34	17
35-39	25
40-44	32
45-49	22
50-54	26
55-59	22
60-64	11
65-69	1
70 ou mais	
TOTAL	160

Na análise dos recursos humanos, uma vertente também interessante de abordar é a estrutura etária. Da análise do quadro anterior verifica-se que os recursos humanos da autarquia são, na sua generalidade, bastante novos situando-se em idades compreendidas entre os 30 e os 54 anos. Apenas 12 dos trabalhadores possuem idade superior a 60 anos.

Pelo anteriormente exposto importa concluir que a política de Gestão de Recursos Humanos introduziu uma nova dinâmica na autarquia, aceitando-se a possibilidade de assegurar as funções desenvolvidas em 2005, com menos trabalhadores. Ainda assim, com o assumir de todas as novas competências elencadas foi possível em 2015 reduzir o número de trabalhadores.

Quadro 3

Despesas com Pessoal

Class	descrição	ano 2015	ano 2014	Variação 2015/2014
01	Despesas com o pessoal	2 523 553,41 €	2 425 904,58 €	97 648,83 €
0101	Remunerações certas e permanentes	1 933 842,81 €	1 858 466,64 €	75 376,17 €
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	81 371,88 €	88 073,41 €	- 6 701,53 €
010104	Pessoal quadros-Regime contrato indiv. Trabalho	1 224 077,77 €	1 194 809,37 €	29 268,40 €
01010401	Pessoal em Funções	1 224 077,77 €	1 173 633,62 €	50 444,15 €
01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remunera	- €	- €	- €
01010403	Alterações facultativas de posicionamento remunera	- €	- €	- €
01010404	Recrutamento de Pessoal para novos postos de traba	- €	21 175,75 €	- 21 175,75 €
010106	Pessoal contratado a termo	69 599,27 €	81 234,99 €	- 11 635,72 €
01010601	Pessoal em funções	68 397,79 €	79 324,11 €	- 10 926,32 €
01010604	Recrutamento de Pessoal para novos postos de traba	1 201,48 €	1 910,88 €	- 709,40 €
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	12 775,23 €	10 809,81 €	1 965,42 €
010108	Pessoal Aguardando Aposentação	- €	2 855,47 €	- 2 855,47 €
010109	Pessoal em qualquer outra situação	119 473,16 €	72 195,29 €	47 277,87 €
01010901	Gabinete de Apoio Pessoal	55 922,81 €	72 195,29 €	- 16 272,48 €
01010902	Estágios	- €	- €	- €
01010903	POC's	- €	- €	- €
01010909	Pessoal em qualquer outra situação	63 550,35 €	- €	- €
010110	Gratificações	- €	- €	- €
01011001	Membros dos órgãos autárquicos	- €	- €	- €
01011002	Pessoal dos Quadros	- €	- €	- €
010111	Representação	22 547,92 €	24 821,09 €	- 2 273,17 €
01011101	Membros dos órgãos autárquicos	18 199,48 €	19 965,92 €	- 1 766,44 €
01011102	Pessoal do quadro	4 348,44 €	4 855,17 €	- 506,73 €
010113	Subsídio de refeição	143 745,28 €	134 944,81 €	8 800,47 €
010114	Subsídio de férias e de Natal	243 345,48 €	244 369,54 €	- 1 024,06 €
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	16 906,82 €	4 352,86 €	12 553,96 €
0102	Abonos variáveis ou eventuais	60 951,09 €	60 557,07 €	394,02 €
010202	Horas extraordinárias	10 637,65 €	14 814,37 €	- 4 176,72 €
010204	Ajudas de custo	11 267,46 €	10 996,63 €	270,83 €
010205	Abono para falhas	2 194,34 €	1 924,94 €	269,40 €
010210	Subsídio de trabalho nocturno	2 521,77 €	1 420,26 €	1 101,51 €
010211	Subsídio de turno	- €	- €	- €
010212	Indemnizações por cessação de funções	- €	3 755,08 €	- 3 755,08 €
010213	Outros suplementos e prémios	14 603,97 €	13 559,26 €	1 044,71 €
01021301	Prémios de Desempenho	- €	- €	- €
01021302	Assembleia Municipal	10 079,19 €	9 948,67 €	130,52 €
01021303	Câmara Municipal	4 524,78 €	3 610,59 €	914,19 €
01021304	Outros	- €	- €	- €
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	19 725,90 €	14 086,53 €	5 639,37 €
01021401	Trabalho em dia de descanso, complementar e feriad	19 725,90 €	14 086,53 €	5 639,37 €
0103	Segurança social	528 759,51 €	506 880,87 €	21 878,64 €
010301	Encargos com a saúde	71 964,50 €	53 582,70 €	18 381,80 €
010302	Outros encargos com a saúde	- €	- €	- €
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	9 358,06 €	10 186,96 €	- 828,90 €
010304	Outras prestações familiares	- €	- €	- €
010305	Contribuições para a segurança social	422 884,98 €	424 270,94 €	- 1 385,96 €
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	- €	- €	- €
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	422 884,98 €	424 270,94 €	- 1 385,96 €
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	221 487,95 €	213 386,73 €	8 101,22 €
0103050202	Segurança social-Regime geral	201 397,03 €	210 884,21 €	- 9 487,18 €
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	- €	- €	- €
010309	Seguros	24 236,01 €	18 761,22 €	5 474,79 €
010310	Outras despesas de segurança social	315,96 €	79,05 €	236,91 €

Da análise do mapa anterior, verificamos que em 2015 as despesas com pessoal foram influenciadas pelo aumento do salário mínimo nacional, em 13.707,72€, pela reposição legal de salários, em

17.350,26€ e pelas despesas com o pessoal transferido em regime de mobilidade, no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências em matéria de educação, no montante de 93.754,88.

De acordo com a Lei de Orçamento de Estado para 2015, as despesas com pessoal em 2015, não poderiam ser superiores às despesas com pessoal de 2014, excetuando-se deste limite as despesas provenientes de aumentos salariais nos termos da Lei e as despesas com pessoal provenientes de delegação de competências da Administração Central para a Administração Local. Assim, se deduzirmos às despesas com pessoal de 2015, os montantes anteriormente referidos (124812,86€), verificamos que em 2015 as despesas com pessoal ainda tiveram uma redução de 27.164,03€.

A política de gestão de Recursos Humanos na Administração Pública, obrigou a uma melhoria significativa na política de Recursos Humanos seguida pela autarquia, bem como na capacidade de intervenção do Município, conforme já foi anteriormente explicado.

Para melhor enquadramento da política de Recursos Humanos, seguida pelos diversos Orçamentos de Estado, podemos dizer que o Orçamento de Estado para 2014 impôs a obrigatoriedade de redução de 2% dos trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2013.

Dado que o município de Sousel até 2009 procedeu a essa redução e que a partir dessa data passou a admitir trabalhadores qualificados, em termos de evolução de Recursos Humanos ficou abrangido por aquela norma legal, tendo sido obrigado a reduzir 3 trabalhadores em 2014.

O Orçamento de Estado para 2015, também não foi menos penalizador que o anterior, uma vez considera como despesa com pessoal toda e qualquer despesa com Recursos Humanos, obrigando a reduzir o número de Recursos Humanos ao Serviço, uma vez que, as cessações definitivas de funções implicam obrigatoriamente um aumento de despesas com pessoal.

Quadro 4

Medidas de Empregabilidade

Programa	Encargos Suportados			2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Valor da Bolsa	Subsidio Refeição	Seguros							
Poc Subsidiado		Sim	Sim	59	9					
Poc Carenciado		Sim	Sim	10						
Contrato Emprego Inserção (julho/2009)	20% valor do IAS	Sim	Sim	15	44	68	62	54	40	38
Contrato Emprego Inserção+ (julho/2009)	20% valor do IAS	Sim	Sim	10	26	17	22	27	19	19
Estágios Qualificação e Emprego (até Agosto/2010)	9º Ano - 25% de 1,25 IAS 12º Ano - 25% de 1,5 IAS			10	10					
Estágios Qualificação e Emprego (a partir de Setembro)	9º Ano - 50% de 1 x IAS 12º Ano - 50% de 1,5 IAS				4	6				
Estágios Formação e Qualificação	12º Ano - 50% de 1,6 IAS					2	2			
Contrato Emprego Inserção + (Pessoas Portadoras de deficiência)	10% IAS	sim	sim					1	4	4
Contrato Emprego e Inserção Património	100%	sim	sim					15	21	4
Passaporte Emprego	1º - 100% restantes 20%	sim	sim					8	7	
Estágios Profissionais	20%	sim	sim					11	14	3
Totais				104	93	93	86	116	105	68

A partir do ano 2010 as receitas provenientes do orçamento de Estado foram fortemente reduzidas, mas os inúmeros constrangimentos provocados por estas medidas não foram impeditivos de a autarquia apoiar a população do concelho, socorrendo-se de outros mecanismos colocados à sua disposição, nomeadamente através da realização de contratos de emprego de inserção, contratos de emprego inserção + e estágios.

Recorde-se que, até final de 2008, sempre que as autarquias locais requisitavam pessoas ao IEFP, estas suportavam unicamente os encargos decorrentes do subsídio de refeição e do seguro, sendo a restante contrapartida suportada pelo IEFP.

A partir de 2009, com as medidas de empregabilidade lançadas pela administração central, as autarquias locais passaram a suportar uma percentagem da bolsa recebida pelos estagiários, para além das despesas já anteriormente suportadas, situação que onerou bastante os orçamentos já fragilizados.

Saliente-se que em 2015, desapareceu do elenco dos programas de Apoio, os estágios profissionais para as autarquias, motivo pelo qual, apenas foram promovidos 3 estágios, que transitaram do ano anterior.

O Município de Sousel, no âmbito da política de ação social, tem promovido diversos programas de emprego inserção, destinados a pessoas com deficiência, atitude que ajuda na integração destas pessoas na sociedade.

O mapa anterior é demonstrativo do apoio promovido pela Câmara Municipal de Sousel, no âmbito das medidas de empregabilidade, apesar de durante o ano 2015 ter registado um decréscimo de recurso a trabalhadores ocupados, por referência ao ano anterior, situação fortemente influenciada, pela dificuldade de aprovação dos projetos, sobretudo a partir de novembro de 2015.

Como se verifica a Câmara Municipal de Sousel apoiou de forma ativa as medidas de empregabilidade, apesar das sucessivas alterações legislativas que têm introduzido maior responsabilidade à autarquia nas participações dos encargos.



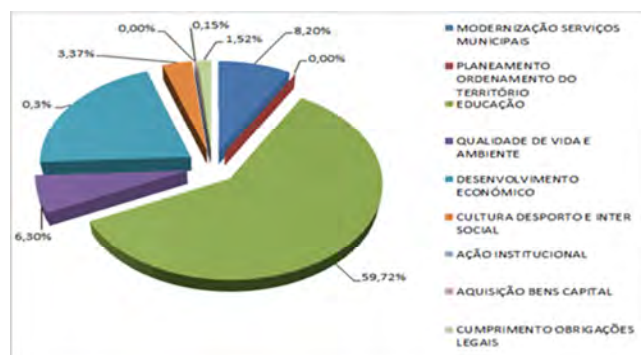
3.3. EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Os quadros 5 e 6, bem como o gráfico 1 resumem as principais intervenções do município durante o ano de 2015.

Quadro 5

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos - Ano 2015							
Designação	Montante Previsto			Montante executado		Execução	Execução
	Ano	Anos seguintes	Total	Ano	Total	Anual (%)	Global (%)
Aquisição e Beneficiação de Instalações dos Serviços	1.577	100.000	101.577	1.423	98.268	90,25	0,05
Aquisição e Reparação de Equipamentos dos Serviços	138.487	87.000	225.487	118.049	796.478	85,24	4,03
Aquisição e Reparação de Meios de Transporte	138.211	319.173	457.384	120.916	610.924	87,49	4,13
Elaboração de instrumentos de Planeamento	300	60.000	60.300	0	0	0,00	0,00
Equipamentos para as Escolas	200	40.000	40.200	0	23.510	0,00	0,00
Ação Social	200	50.000	50.200	0	0	0,00	0,00
Beneficiação de Edifícios Escolares	1.775.448	205.000	1.980.448	1.750.233	6.542.694	98,58	59,72
Apoio e Promoção Habitacional	2.800	10.000	12.800	2.630	199.303	93,92	0,09
Abastecimento de Água	40.744	60.000	100.744	29.288	349.066	71,88	1,00
Saneamento	934	20.000	20.934	934	105.937	99,98	0,03
Resíduos Sólidos e Urbanos	15.512	105.160	120.672	14.565	86.677	93,90	0,30
Ambiente	300	60.000	60.300	0	3.268	0,00	0,00
Arruamentos e Espaços Públicos	159.689	2.586.808	2.746.497	120.223	737.942	75,29	4,10
Rede Viária Municipal	33.588	260.000	293.588	17.005	79.922	50,63	0,58
Iluminação Pública	0	10.000	10.000	0	17.374	0,00	0,00
Zonas Industriais	543.167	240.000	783.167	542.529	543.529	99,88	18,51
Aquisição de Imóveis	110.900	1.850.000	1.960.900	65.250	181.250	58,84	2,23
Apoio à Indústria	100	0	100	0	0	0,00	0,00
Desenvolvimento Económico - Fileira da Carne	15.475	0	15.475	0	14.637	0,00	0,00
Intervenção Social	200	40.000	40.200	0	5.921	0	0,00
Cultura	62.495	95.000	157.495	55.909	713.975	89,46	1,91
Desporto	50.901	55.000	105.901	35.896	303.751	70,52	1,22
Turismo	35.094	240.000	275.094	6.999	68.499	19,94	0,24
Cultura, desporto juventude e intervenção social	400	110.000	110.400	0	0	0,00	0,00
Saúde Proteção Civil e Segurança	400	80.000	80.400	0	2.000	0,00	0,00
Aquisição de capital	13.893	0	13.893	4.305	4.305	30,99	0,15
Aplicação de Obrigações do OE 2014	44.596	267.574	312.170	44.596	44.596	100,00	1,52
Total Geral:	3.185.611	6.950.717	10.136.328	2.930.751	11.533.823	92,00	100,00

Gráfico 1



Relativamente à execução do PPI destacam-se, pela sua importância, os seguintes investimentos:

A beneficiação de edifícios escolares mobilizou cerca de 59,72% da execução do PPI, sendo a obra do Centro Escolar de Sousel a grande fonte de investimento em 2015.

Logo a seguir aparecem na execução as Zonas Industriais, que mobilizam 18,51% do investimento, incluindo-se aqui a obra do CAME – Centro de Apoio às Micro-Empresas.

Os arruamentos e espaços públicos mobilizaram cerca de 4,10% da execução do PPI, com a obra de Requalificação de Espaços Públicos - PUS.

A aquisição e reparação de equipamentos dos serviços tiveram também grande expressão durante o exercício de 2015 mobilizando cerca de 4 pontos percentuais do PPI.

Quadro 6

Execução anual das Atividades mais Relevantes

Execução Anual das Actividades mais Relevantes			Ano 2015
Descrição	Montante Previsto	Montante executado	Nível Execução Anual (%)
	Ano	Ano	
Aquisição e Reparação de Equipamentos dos Serviços	7.634	1.472	19,29
Aquisição e Reparação de Meios de Transporte	1.018	281	27,57
Intervenções Coercivas	0	0	0,00
Ação Social - Cantinas Escolares; Apoio às Escolas e Famílias	64.588	64.553	99,95
Resíduos Sólidos Urbanos	2.000	1.574	78,69
Protocolo RURALENTEJO	0	0	0,00
FAME - Apoio à Indústria	0	0	0,00
Desenvolvimento Económico	55.200	55.000	99,64
Intervenção Social	394.897	353.110	89,42
Cultura	173.862	166.533	95,78
Desporto	197.908	190.374	96,19
Participação Supramunicipal	87.478	60.087	68,69
Natal do Município de Sousel	14.285	8.225	57,58
Saúde Protecção Civil e Segurança	68.489	68.380	99,84
Descentralização para Freguesias	89.340	69.175	77,43
Funcionamento Interno	160.637	121.740	75,79
Despesa com pessoal	2.460.957	2.424.006	98,50
Aquisição de bens e serviços	1.443.914	1.222.590	84,67
Juros e outros encargos	55.264	51.010	92,30
Transferências Correntes	6.050	5.898	97,49
Outras despesas correntes	92.440	82.917	89,70
Passivo Financeiro	395.386	395.382	100,00
Outras despesas capital	7.073	0	0,00
Despesas com Pessoal - AM	14.590	10.079	69,08
Aquisição de bens e serviços - AM	20.610	8.983	43,58
Delegação de competências - Educação	114.749	108.553	94,60
Delegação de competências - Saúde	0	0	0,00
Total Geral:	5.928.369	5.469.921	92,27

Na execução anual das AMR - Atividades Mais Relevantes verifica-se uma despesa de 5.928.369 €. A execução atingiu 92,27 % num total de 5.469.921 €.

A intervenção social e a promoção das atividades desportivas constituíram as ações com maior relevância, absorvendo respetivamente um peso de 6,46% e 3,48% da execução das AMR.



Seguidamente a maior expressão incide sobre a promoção das atividades culturais, juventude e intervenção, área onde a autarquia atuou de forma relevante, apresentando este programa um peso de 3,04% da execução das AMR.



3.4- RECEITA OBTIDA

Quadro 7

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DA RECEITA	Previsão 2015	Receita Cobrada 2015	Receita Cobrada 2014	Receita Cobrada 2013	Receita Cobrada 2012
Impostos directos	662.776	694.381	607.830	581.597	474.223
Impostos indirectos	15.000	12.121	22.603	10.203	19.872
Taxas multas e outras penalidades	41.000	38.664	31.896	41.378	50.615
Rendimentos de propriedade	306.542	330.730	360.960	308.004	230.077
Transferências correntes	3.799.568	3.704.823	3.045.938	2.931.188	2.796.550
Venda de bens e serviços correntes	805.372	730.330	737.887	795.759	783.005
Outras receitas correntes	78.100	30.747	9.205	23.153	47.294
Venda de bens de investimento	8.200	12.522	5.985	19.143	36.207
Transferências de capital	2.873.981	2.463.091	4.426.458	3.193.976	2.696.311
Activos financeiros	0	0	0	0	0
Passivos financeiros	189.758	189.758	165.953	0	331.000
Outras receitas de capital	21.065	39.644	34.420	0	17.597
Reposições não abatidas aos pagam.	6.800	0	946	12.622	2.387
Saldo da gerência anterior	305.818	305.818	211.227	443.534	475.104
TOTAL	9.113.980	8.552.629	9.661.308	8.360.558	7.960.241

Relativamente à receita obtida importa efetuar uma análise sobre os principais elementos:

1. Os impostos diretos cobrados em 2015 foram superiores aos cobrados em 2014, 2013 e 2012.
2. A crise económica que o país atravessa, refletiu-se na venda de bens de investimento que mesmo assim foi superior a 2014 e inferior ao verificado no ano 2013 e 2012.
3. Os impostos indirectos de 2015 sofreram uma subida em relação ao ano 2013.
4. A venda de bens e serviços correntes atingiu um decréscimo por comparação a 2014, 2013 e 2012.
5. A maior e mais significativa fonte de financiamento da autarquia é registada pela transferência de fundos provenientes do Orçamento de Estado e fundos comunitários. Saliente-se que durante o ano 2015 a transferência de fundos provenientes do Orçamento de Estado sofreu um corte significativo que ascendeu a 102 mil euros por referência ao montante recebido em 2011.
6. No que diz respeito a taxas, multas e outras penalidades, registou-se um aumento por referencia a 2014.

4. ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

O presente ponto do relatório de gestão pretende transportar o leitor para a concreta atividade da Câmara Municipal exercida durante o exercício de 2015.

Nestes termos analisa-se o trabalho efetuado no âmbito da contabilidade de custos, o seu estágio de desenvolvimento, os projetos, limitações e coerência com a estratégia da Gestão.

4.1. CONTABILIDADE DE CUSTOS

Segue-se a apreciação na ótica dos custos, procedendo-se à análise dos principais bens e serviços, bem como à evolução conseguida no tratamento da conta segundo o critério da contabilidade de custos, definidos nos pontos 2.8.3.3 e 2.8.3.4 do POCAL.

A informação que resulta da contabilidade de custos deverá ser analisada como a melhor informação disponível tendo em consideração as limitações com que a Câmara Municipal se depara no contexto do tratamento da informação através do sistema AIRC. Contudo, considera-se que esta informação é útil no contexto da compreensão das atividades levadas a cabo pela Câmara Municipal e do esforço económico que as mesmas representam.

Serviços de Educação

F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
212	2120 Transportes Escolares	- €	42.310,42 €	84.491,06 €	112,56 €	80,16 €	126.914,04 €	26,88%
212	2121 Refeitórios Escolares	3.170,89 €	68.946,51 €	3.586,26 €	69.539,06 €	1.932,62 €	145.242,72 €	30,76%
212	2122 Prolongamentos Escolares	755,73 €	39.363,37 €	39,42 €	242,17 €	87,84 €	40.400,69 €	8,56%
212	2123 Atividades Enriquecimento Curricular	26,96 €	18.722,57 €	3.265,76 €	32.115,12 €	- €	54.130,41 €	11,46%
212	2124 Atividades Extra Curriculares e Outras	2.520,34 €	7.647,36 €	15,18 €	- €	- €	10.182,88 €	2,16%
212	2125 Escola de Música	153,55 €	11.129,83 €	2.811,74 €	26.998,88 €	528,98 €	41.094,00 €	8,70%
212	2127 Jardins de Infância	4.714,33 €	40.738,13 €	3.031,69 €	1.245,22 €	147,00 €	49.729,37 €	10,53%
212	2129 Prémios Escolares 2015	- €	- €	- €	2.508,98 €	- €	2.508,98 €	0,53%
212	4399 Cursos Vocacionais	2.016,53 €	- €	- €	- €	- €	2.016,53 €	0,43%
	EDUCAÇÃO - TOTAIS	13.358,33 €	228.858,19 €	97.241,11 €	132.761,99 €	2.776,60 €	472.219,62 €	100,00%
	EDUCAÇÃO - TOTAIS %	2,83%	48,46%	20,59%	28,11%	0,59%	100,00%	

- O custo dos transportes escolares ascende a 126,9 mil €, valor bastante significativo no cômputo das despesas correntes



- Os custos com transportes escolares recaem sobretudo em custos com mão-de-obra e máquinas e viaturas que representam respetivamente 48% e 21% dos custos deste serviço.
- Os proveitos originados pelo centro de custos dos transportes escolares foram de 24,9 mil €.

- Os refeitórios escolares têm um custo de 145 mil €, onde grande parte dos custos é com pessoal.
- A venda de refeições escolares rondou os 18 mil €.



- As atividades de enriquecimento têm um custo de 54 mil €, onde os custos de pessoal e outros custos são os que mais contribuem para este valor.

F		BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
211	2100	Escola Primária Cano - Largo Rossio(Inv 290)	2,21 €	197,87 €	46,61 €	503,27 €	444,12 €	749,96 €	1,21%
211	2101	Pré-Primária Cano - Largo Rossio (Inv 63)	- €	- €	6,02 €	432,73 €	373,56 €	438,75 €	0,71%
211	2102	Largo do Rossio(Cantina) - Cano F 64	- €	- €	- €	2.083,78 €	2.039,88 €	2.083,78 €	3,37%
211	2103	Escola Larg Dr Mâncio Canelas - C.Branca	0,73 €	- €	7,34 €	59,17 €	- €	67,24 €	0,11%
211	2104	Escola Primária C.Branca - F 40	21,74 €	362,09 €	103,85 €	5.071,69 €	5.012,52 €	5.559,37 €	8,99%
211	2105	Escola Primária de Almadafe	- €	- €	- €	475,33 €	416,16 €	475,33 €	0,77%
211	2106	Escola Primária St Amaro R.Visc.d'Asseca Inv	342,68 €	1.148,15 €	203,12 €	3.253,57 €	3.194,40 €	4.947,52 €	8,00%
211	2107	Jardim Infância Santo Amaro - Rua D.Maria	- €	- €	- €	1.561,56 €	1.561,56 €	1.561,56 €	2,52%
211	2108	Escola Primária Sousel (Junto Kurika) - Inv 17	228,22 €	179,71 €	50,37 €	4.027,33 €	3.444,24 €	4.485,63 €	7,25%
211	2109	Escola Primária Sousel (Junto Paralelo) - Inv	5,67 €	223,92 €	16,77 €	2.514,26 €	1.931,16 €	2.760,62 €	4,46%
211	2110	Escola de Vale de Freixo - Casa Branca	- €	- €	- €	74,64 €	74,64 €	74,64 €	0,12%
211	2111	Jardim de Infância de Cano - Inv 36	- €	- €	- €	2.557,56 €	2.557,56 €	2.557,56 €	4,13%
211	2112	Arranjos Exteriores - Escola EB1 de Sousel-	- €	- €	- €	1.470,36 €	1.470,36 €	1.470,36 €	2,38%
211	2113	B- Centro Escolar de Sousel	28,10 €	2.251,05 €	8.684,61 €	23.656,28 €	15.739,56 €	34.620,04 €	55,97%
EDUCAÇÃO - TOTAIS			629,35 €	4.362,79 €	9.118,69 €	47.741,53 €	38.259,72 €	61.852,36 €	100,00%
EDUCAÇÃO - TOTAIS %			1,02%	7,05%	14,74%	77,19%	61,86%	100,00%	

No que respeita aos bens do parque escolar, um custo significativo deve-se às amortizações dos edifícios, tendo estes um valor de 62% do total dos custos dos bens imóveis.



F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
232	2320 Refeitório Estaleiro Municipal	1.936,52 €	9.854,69 €	1.280,81 €	2.083,72 €	1.031,99 €	15.155,74 €	4,88%
232	2321 CPCJ - Funcionamento	305,39 €	1.911,00 €	181,45 €	1.040,13 €	246,00 €	3.437,97 €	1,11%
232	2322 Apoio Social	34,77 €	13.580,58 €	7.352,21 €	5,60 €	- €	20.973,16 €	6,76%
232	2324 Apoio/Protocolo - Associações Sociais	165,54 €	2.760,39 €	672,44 €	57.427,11 €	- €	61.025,48 €	19,66%
232	2325 Projecto - Varinha Mágica	11.673,68 €	- €	- €	- €	- €	11.673,68 €	3,76%
232	2326 Aulas de Hipoterapia	- €	244,38 €	399,50 €	- €	- €	643,88 €	0,21%
232	4335 S - Loja Social	8,68 €	- €	66,99 €	958,11 €	128,52 €	1.033,78 €	0,33%
232	4343 APPACDM - Transporte Alunos - Portalegre	- €	12.215,16 €	5.343,39 €	- €	- €	17.558,55 €	5,66%
232	4370 CERCIESTREMOZ	- €	73,92 €	380,52 €	- €	- €	454,44 €	0,15%
232	4374 Rede Social	663,02 €	87,17 €	938,69 €	577,07 €	- €	2.265,95 €	0,73%
232	4380 Projeto "Universidade Sénior"	2.197,72 €	1.769,04 €	475,65 €	1.041,20 €	- €	5.483,61 €	1,77%
232	4384 Casa do Povo de Santo Amaro	- €	- €	- €	3.830,49 €	- €	3.830,49 €	1,23%
232	4387 CAOS-Centro Atividades Ocupacionais de	153,52 €	3.465,22 €	47,42 €	8.866,05 €	- €	12.532,21 €	4,04%
232	4389 Cabazes Natal	1.828,41 €	- €	- €	- €	- €	1.828,41 €	0,59%
232	4403 Apoio Social ao Emprego - CEI	- €	- €	- €	131.706,55 €	- €	131.706,55 €	42,44%
232	4405 Apoio Social ao Emprego - CEI - CMCS	- €	- €	- €	20.745,42 €	- €	20.745,42 €	6,68%
ACÇÃO SOCIAL - TOTAIS		18.967,25 €	45.961,55 €	17.139,07 €	228.281,45 €	1.406,51 €	310.349,32 €	100,00%
ACÇÃO SOCIAL - TOTAIS %		6,11%	14,81%	5,52%	73,56%	0,45%	100,00%	

- O refeitório municipal apresenta um custo de mais de 15 mil €, sendo 1,9 mil € de custos com materiais e 9,8 mil € com mão-de-obra.
- Os proveitos do refeitório municipal foram de 6,8 mil €.
- Os valores protocolados com instituições sociais ascenderam em 2015 a 57 mil euros €, nos quais se incluem os protocolos celebrados com a Santa Casa da Misericórdia de Sousel (apoio à construção da valência de lar de idosos), com o Centro Social Adriano Rovisco Santos (construção de uma garagem de viaturas), com a Santa Casa da Misericórdia de Cano, com a construção e equipamento do mini-lar da Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel, assim como o apoio a utentes integrados no lar de Santo Amaro.

F	BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
242	Estradas e Caminhos Municipais	203,61 €	6.213,31 €	17.181,02 €	428.295,66 €	425.366,15 €	451.893,60 €	56,86%
242	Arruamentos no Concelho	4.717,66 €	9.218,03 €	9.572,45 €	319.357,49 €	314.666,71 €	342.865,63 €	43,14%
ORDENAMENTO TERRITÓRIO - TOTAIS		4.921,27 €	15.431,34 €	26.753,47 €	747.653,15 €	740.032,86 €	794.759,23 €	100,00%
ORDENAMENTO TERRITÓRIO - TOTAIS %		0,62%	1,94%	3,37%	94,07%	93,11%	100,00%	

No que diz respeito à rede viária, a mesma constitui o principal centro de custos da autarquia, pois o valor das amortizações ascende a 740 mil €, cerca de 93% do valor total desta despesa.

- Porém, o município de Sousel encontra-se empenhado em continuar com investimentos nesta área.

F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
243	2430 Rede Esgotos Concelho	198,63 €	809,89 €	1.527,20 €	1.145,33 €	758,16 €	3.681,05 €	2,79%
243	2431 Limpeza Fossas Concelho	11,37 €	52,06 €	1.655,12 €	- €	- €	1.718,55 €	1,30%
243	2432 Recolha/Tratamento Efluentes ETAR'S	0,22 €	- €	- €	119.002,12 €	- €	119.002,34 €	90,18%
243	2433 Águas Pluviais	1.325,03 €	4.017,20 €	624,19 €	1.598,52 €	1.598,52 €	7.564,94 €	5,73%
SANEAMENTO - TOTAIS		1.535,25 €	4.879,15 €	3.806,51 €	121.745,97 €	2.356,68 €	131.966,88 €	100,00%
SANEAMENTO - TOTAIS %		1,16%	3,70%	2,88%	92,25%	1,79%	100,00%	

F	BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
243	1243 Rede Saneamento Sousel	230,14 €	1.734,15 €	743,21 €	26.788,17 €	26.459,72 €	29.495,67 €	37,53%
243	2243 Rede Saneamento Cano	78,45 €	1.793,54 €	557,11 €	21.013,32 €	20.682,89 €	23.442,42 €	29,83%
243	3243 Rede Saneamento Casa Branca	148,18 €	595,05 €	107,42 €	19.251,25 €	18.922,80 €	20.101,90 €	25,58%
243	4243 Rede Saneamento Santo Amaro	- €	355,38 €	100,04 €	3.775,33 €	3.446,88 €	4.230,75 €	5,38%
243	5243 Rede Saneamento Almadafe	- €	- €	- €	707,53 €	679,80 €	707,53 €	0,90%
243	9311 B - ETAR - (Est. T. Águas Residuais) - Almadafe	135,71 €	394,57 €	87,30 €	- €	- €	617,58 €	0,79%
SANEAMENTO - TOTAIS		592,48 €	4.872,69 €	1.595,08 €	71.535,60 €	70.192,09 €	78.595,85 €	100,00%
SANEAMENTO - TOTAIS %		0,75%	6,20%	2,03%	91,02%	89,31%	100,00%	

F	BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
244	0244 Reservatório R1 e R1/A - Serra de Sousel	- €	- €	- €	3.973,92 €	3.973,92 €	3.973,92 €	1,47%
244	0294 Reservatório Água - R3 - Santo Amaro	- €	- €	- €	5.444,28 €	5.444,28 €	5.444,28 €	2,02%
244	1024 Rede Baixa Distr Água Concelho Sousel	- €	- €	- €	85.453,79 €	85.337,88 €	85.453,79 €	31,70%
244	1124 EN n.º 372 - Depósito de Água - Cano	42,36 €	106,90 €	5,11 €	487,56 €	487,56 €	641,93 €	0,24%
244	1224 Depósito Água de Casa Branca	- €	100,54 €	88,43 €	574,80 €	574,80 €	763,77 €	0,28%
244	1244 Rede Águas Sousel	874,37 €	3.125,16 €	815,97 €	17.141,10 €	17.068,09 €	21.956,60 €	8,14%
244	1324 Depósito Água B.Pandina - St.º Amaro	119,91 €	- €	- €	125,52 €	125,52 €	245,43 €	0,09%
244	1424 Depósito Água - Santo Amaro	532,96 €	3.405,16 €	926,67 €	300,96 €	300,96 €	5.165,75 €	1,92%
244	1524 Depósito Água Subterrâneo - Sousel	- €	- €	- €	767,16 €	767,16 €	767,16 €	0,28%
244	1624 Horta da Roda(3 Cabin. Vigil/Água) - Sousel	- €	176,35 €	63,27 €	570,64 €	570,64 €	810,26 €	0,30%
244	1724 Largo do Castelo(Depósito de Água) - Sousel	- €	- €	- €	525,96 €	525,96 €	525,96 €	0,20%
244	1824 Serra S.Bartolomeu(Depósito Água) - Sousel	- €	- €	- €	247,80 €	247,80 €	247,80 €	0,09%
244	1924 Hidropneumático-B. Dr Fran. Sá Carneiro -	- €	- €	- €	455,88 €	455,88 €	455,88 €	0,17%
244	2024 Furo em Almadafe - Casa Branca	33,12 €	- €	- €	- €	- €	33,12 €	0,01%
244	2124 Reservatório de Água(R2A) - M do Outeiro	- €	- €	- €	5.899,32 €	5.899,32 €	5.899,32 €	2,19%
244	2224 Tanque Municipal(Junto ao Monte do	- €	102,00 €	18,72 €	609,60 €	609,60 €	730,32 €	0,27%
244	2244 Rede Águas Cano	773,77 €	3.679,29 €	760,02 €	6.799,31 €	6.799,31 €	12.012,39 €	4,46%
244	2324 Tanque Municipal(Junto à Rua do Nascente)	- €	- €	- €	86,52 €	86,52 €	86,52 €	0,03%
244	2624 Tanques Municipais Novos(Est.	50,01 €	- €	- €	- €	- €	50,01 €	0,02%
244	2724 Balneários de Vale de Freixo	- €	102,82 €	45,29 €	132,48 €	132,48 €	280,59 €	0,10%
244	2824 Balneários de Almadafe	29,92 €	- €	- €	103,20 €	103,20 €	133,12 €	0,05%
244	3244 Rede Águas Casa Branca	512,47 €	2.551,54 €	919,37 €	5.786,53 €	5.786,53 €	9.769,91 €	3,62%
244	4244 Rede Águas Santo Amaro	327,91 €	1.153,95 €	568,54 €	4.878,71 €	4.878,71 €	6.929,11 €	2,57%
244	5244 Rede Águas Almadafe	192,00 €	- €	- €	8.540,44 €	6.353,88 €	8.732,44 €	3,24%
244	6244 Central das Romeiras	248,16 €	288,14 €	79,19 €	10.976,84 €	10.976,84 €	11.592,33 €	4,30%
244	7244 Furo Anexo Central Romeiras - Cano	- €	- €	- €	832,32 €	832,32 €	832,32 €	0,31%
244	8244 ETA(Estação Tratamento Águas) - Cano	615,60 €	- €	- €	- €	- €	615,60 €	0,23%
244	9244 Rede Alta/Reservatório Distr Água Concelho	- €	- €	- €	65.373,91 €	64.300,08 €	65.373,91 €	24,25%
244	9260 Tanque Municipal de Santo Amaro	- €	78,40 €	- €	142,92 €	142,92 €	221,32 €	0,08%
244	9305 Telegestão - Abastecimento de Água	- €	- €	- €	19.846,92 €	19.846,92 €	19.846,92 €	7,36%
	ÁGUA - TOTAIS	4.352,56 €	14.870,25 €	4.290,58 €	246.078,39 €	242.629,08 €	269.591,78 €	100,00%
	ÁGUA - TOTAIS %	1,61%	5,52%	1,59%	91,28%	90,00%	100,00%	



- Os custos com o saneamento ascendem a 210 mil €, dos quais 119 mil € correspondem a serviços prestados no tratamento de efluentes pelas Águas do Norte Alentejano e 73 mil € de amortizações.

Do lado dos proveitos, o saneamento gerou um proveito de 190,4 mil €.

F	SERVIÇO	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
244	2440 Serviço Águas Concelho	2.006,75 €	44.516,65 €	4.645,12 €	72.982,90 €	4.571,62 €	124.151,42 €	62,70%
244	2441 Instalação Contadores Concelho	676,47 €	1.875,47 €	360,45 €	- €	- €	2.912,39 €	1,47%
244	2442 Central Romeiras - Funcionamento	22.171,24 €	31.570,66 €	15.525,17 €	374,09 €	222,24 €	69.641,16 €	35,17%
244	2443 Limp Tanques/Balneários/Lago	12,30 €	- €	- €	1.302,12 €	36,24 €	1.314,42 €	0,66%
	ÁGUA - TOTAIS	24.866,76 €	77.962,78 €	20.530,74 €	74.659,11 €	4.830,10 €	198.019,39 €	100,00%
	ÁGUA - TOTAIS %	12,56%	39,37%	10,37%	37,70%	2,44%	100,00%	

- Quanto aos custos de funcionamento do serviço de águas, foi apurado um valor de 198 mil €.
- Dos 246 mil € de outros custos imputados aos imóveis da água, 242,6 mil € correspondem a custos de amortização.



- De referir que a receita da venda de água foi de 275,2 mil €.

F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
245	2450 Recolha Municipal (RSU)	348,52 €	57.825,76 €	86.514,28 €	1.495,92 €	1.495,92 €	146.184,48 €	53,58%
245	2452 Custos c/ VALNOR	- €	6.129,52 €	12.290,97 €	86.080,94 €	- €	104.501,43 €	38,31%
245	2453 Limpeza das Vias Públicas	307,21 €	12.477,37 €	9.124,70 €	214,60 €	214,60 €	22.123,88 €	8,11%
RSU'S - TOTAIS		655,73 €	76.432,65 €	107.929,95 €	87.791,46 €	1.710,52 €	272.809,79 €	100,00%
RSU'S - TOTAIS %		0,24%	28,02%	39,56%	32,18%	0,63%	100,00%	

- O serviço de recolha de RSU apresenta um custo total de 272 mil €, correspondendo 86 mil € a despesas com a Valnor e o restante valor proveniente da componente de recolha e limpeza pública. O custo com a Valnor representa cerca de 32 % do valor total da despesa.
- Os custos mais significativos correspondem a mão-de-obra – 76,4 mil € e máquinas 108 mil €.
- De referir que a receita dos RSU'S foi de 205 mil €.



F	BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
251	0251 Biblioteca	254,09 €	808,02 €	95,20 €	4.437,37 €	4.291,44 €	5.594,68 €	12,04%
251	1251 Centro Social, Cultural e Polivalente de Sousel	41,63 €	- €	- €	23.495,25 €	23.495,25 €	23.536,88 €	50,67%
251	4251 Suportes de Publicidade e Propaganda	25,32 €	517,03 €	59,28 €	- €	- €	601,63 €	1,30%
251	6251 Palco - C/Estrado 2 mts x 1 mt	12,95 €	257,85 €	- €	879,87 €	879,87 €	1.150,67 €	2,48%
251	7251 Bancada em 5 Filas C/Cadeiras (Inv 21791)	- €	- €	- €	1.533,37 €	1.533,37 €	1.533,37 €	3,30%
251	8251 Palco Amovível, Metálico C/Toldo (Inv 17580)	338,21 €	204,65 €	4,99 €	- €	- €	547,85 €	1,18%
251	9302 B-Quiosque C.Social, Cultural e Polivalente	- €	61,92 €	4,11 €	10.469,10 €	10.132,44 €	10.535,13 €	22,68%
251	9338 Palco Novo (Ano 2015)	738,05 €	2.177,07 €	35,02 €	- €	- €	2.950,14 €	6,35%
CULTURA - TOTAIS		1.410,25 €	4.026,54 €	198,60 €	40.814,96 €	40.332,37 €	46.450,35 €	100,00%
CULTURA - TOTAIS %		3,04%	8,67%	0,43%	87,87%	86,83%	100,00%	

- Dos 46 mil € de custos imputados aos equipamentos culturais, 87% correspondem a custos de amortização.

F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
251	2507 Eventos de Cultura	4.799,54 €	25.394,16 €	7.805,37 €	51.441,19 €	735,00 €	89.440,26 €	28,91%
251	2510 Serviço na Biblioteca	3.546,50 €	37.642,51 €	639,16 €	18.372,74 €	6.789,29 €	60.200,91 €	19,46%
251	2511 Centro Social, Cultural e Polivalente Sousel	199,94 €	1.270,19 €	1.411,96 €	9.080,52 €	295,47 €	11.962,61 €	3,87%
251	2512 Museu	68,32 €	39.137,49 €	109,35 €	1.461,28 €	1.461,28 €	40.776,44 €	13,18%
251	2513 Apoio/Protocolo - Ass. Culturais	2.297,85 €	5.251,17 €	17.848,42 €	74.626,11 €	- €	100.023,55 €	32,33%
251	2519 Exposições/Eventos (Equipamento)	1.582,77 €	- €	23,14 €	131,84 €	131,84 €	1.737,75 €	0,56%
251	4307 Jardim do C.Social, Cult e Polivalente Sousel	369,92 €	4.678,80 €	- €	153,36 €	153,36 €	5.202,08 €	1,68%
CULTURA - TOTAIS		12.864,84 €	113.374,32 €	27.837,40 €	155.267,04 €	9.566,24 €	309.343,60 €	100,00%
CULTURA - TOTAIS %		4,16%	36,65%	9,00%	50,19%	3,09%	100,00%	

- Quanto aos custos de funcionamento, foi apurado um valor de 113 mil € de custos com pessoal, dos quais 37,6 mil € relativos ao funcionamento da Biblioteca e 39 mil € relativos a funcionamento do Museu.



F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
252	0252 Complexo Desportivo Municipal(Reiv.Sintético)	- €	28.564,29 €	73,10 €	3.635,49 €	458,76 €	32.272,88 €	5,29%
252	2520 Pavilhão e Piscina - Funcionamento	20.065,08 €	78.266,80 €	2.219,04 €	85.798,18 €	9.122,17 €	186.349,10 €	30,55%
252	2522 Apoio/Protocolo - Assoc Desportivas	44,60 €	997,20 €	1.805,38 €	30.005,74 €	- €	32.852,92 €	5,39%
252	4355 S - Piscinas Descobertas - Complexo Desportivo	5.492,86 €	345,24 €	91,90 €	4.699,50 €	999,24 €	10.629,50 €	1,74%
252	2523 Actividades Desporto, Recreio e Lazer	44.981,65 €	93.198,85 €	40.813,12 €	168.811,50 €	36,36 €	347.805,12 €	57,03%
DESPORTO - TOTAIS		70.584,19 €	201.372,38 €	45.002,54 €	292.950,41 €	10.616,53 €	609.909,52 €	100,00%
DESPORTO - TOTAIS %		11,57%	33,02%	7,38%	48,03%	1,74%	100,00%	

F	BENS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
252	0252 Pavilhão e Piscina - Manutenção e	289,82 €	2.103,96 €	846,01 €	7.690,50 €	7.508,13 €	10.930,29 €	9,06%
252	1252 Complexo Desportivo Municipal(Reiv.	- €	137,05 €	25,69 €	71.924,92 €	63.336,07 €	72.087,66 €	59,76%
252	2252 Campo Polidesportivo de Stº. Amaro(Inv 501)	- €	28,50 €	4,11 €	3.716,04 €	3.716,04 €	3.748,65 €	3,11%
252	3252 Parques Infantis	275,21 €	- €	- €	9.273,01 €	7.959,10 €	9.548,22 €	7,92%
252	4252 Mini Campo Futebol Sintético - C.Branca	- €	- €	- €	5.606,88 €	5.606,88 €	5.606,88 €	4,65%
252	9259 Polidesportivo Cano	- €	- €	- €	737,88 €	737,88 €	737,88 €	0,61%
252	9301 Piscinas Descobertas Sousel - C. Desportivo	68,20 €	- €	- €	14.263,92 €	14.263,92 €	14.332,12 €	11,88%
252	9306 Novo Campo da Malha - Sousel(Junto	14,24 €	- €	- €	- €	- €	14,24 €	0,01%
252	9314 Campo Polidesportivo(Bombeiros Sousel)	- €	- €	- €	3.613,56 €	3.613,56 €	3.613,56 €	3,00%
DESPORTO - TOTAIS		647,47 €	2.269,51 €	875,81 €	116.826,71 €	106.741,58 €	120.619,50 €	100,00%
DESPORTO - TOTAIS %		0,54%	1,88%	0,73%	96,86%	88,49%	100,00%	

- O custo de amortização de equipamento desportivo é de 117 mil €.
- Foi apurado um custo de funcionamento dos serviços de desporto de 349,8 mil €, grande parte associada ao funcionamento do Pavilhão e Piscina, que ascendeu a 186 mil €.
- Quanto aos proveitos obtidos no desporto foram de 17,2 mil €.



F	SERVIÇOS	Materiais	MOD	MAQ/VIAT	O.CUSTOS	AMORT	TOTAL	%
111	0001 Assembleia Municipal	150,77 €	- €	32,40 €	949,85 €	474,12 €	1.133,02 €	0,06%
111	0002 Presidência	4.572,33 €	88.309,03 €	51.522,24 €	23.889,71 €	511,32 €	168.293,31 €	9,33%
111	0003 Gabinete de Apoio à Presidência	1.774,99 €	47.794,35 €	22.205,54 €	14.947,92 €	416,82 €	86.722,80 €	4,81%
111	0005 Serviço de Informática	500,59 €	82.706,40 €	1.358,19 €	79.557,62 €	51.750,40 €	164.122,80 €	9,10%
111	0006 Imagem e Comunicação	1.434,55 €	50.408,95 €	836,37 €	4.908,15 €	365,82 €	57.588,02 €	3,19%
111	0007 Atendimento aos Cidadãos	1.353,27 €	92.498,45 €	905,34 €	11.341,67 €	6.905,28 €	106.098,73 €	5,88%
111	0008 Divisão Administrativa e Financeira	403,82 €	57.002,40 €	127,72 €	86.746,76 €	846,12 €	144.280,70 €	8,00%
111	0009 Adm, Expediente Geral e Arquivo	- €	10.837,37 €	10,16 €	23.834,79 €	230,43 €	34.682,32 €	1,92%
111	0010 Gestão de Recursos Humanos	1.015,70 €	17.119,20 €	17,25 €	664,11 €	- €	18.816,26 €	1,04%
111	0011 Serv. Jurídico, Cont, Exec e Cont Ord e	81,99 €	23.402,40 €	92,18 €	15.512,76 €	- €	39.089,33 €	2,17%
111	0012 Contabilidade e Finanças	1.269,14 €	101.808,00 €	67,75 €	9.070,40 €	122,16 €	112.215,29 €	6,22%
111	0013 Aprovisionamento e Património	1.027,49 €	47.376,00 €	30,73 €	9.256,70 €	308,12 €	57.690,92 €	3,20%
111	0014 Tesouraria	257,48 €	14.061,60 €	- €	2.632,16 €	2.096,88 €	16.951,24 €	0,94%
111	0016 Serviços Administrativos DUAQ	489,67 €	34.667,62 €	475,05 €	4.185,24 €	393,14 €	39.817,58 €	2,21%
111	0017 Serviço de Fiscalização	24,97 €	33.741,90 €	1.062,91 €	- €	- €	34.829,78 €	1,93%
111	0018 Gabinete Técnico	382,00 €	59.207,91 €	996,88 €	254,04 €	254,04 €	60.840,83 €	3,37%
111	0019 Sector de Gestão Urbanística	83,32 €	90.199,76 €	- €	674,27 €	- €	90.957,35 €	5,04%
111	0020 Sector de Planeamento	- €	- €	16,56 €	6.789,60 €	- €	6.806,16 €	0,38%
111	0024 Divisão de Obras e Serviços Urbanos	- €	17.983,35 €	- €	327,24 €	327,24 €	18.310,59 €	1,02%
111	0025 Parque de Máquinas - Funcionamento	2.658,14 €	6.833,57 €	2.464,13 €	1.968,59 €	1.901,76 €	13.925,03 €	0,77%
111	0026 Oficina Electricidade	251,60 €	733,92 €	127,45 €	329,41 €	223,12 €	1.442,38 €	0,08%
111	0027 Serviço de Portaria	3,48 €	- €	- €	- €	- €	3,48 €	0,00%
111	0028 Serviço Mecânica - Oficina Auto	988,00 €	245,35 €	138,37 €	782,91 €	782,91 €	2.154,63 €	0,12%
111	0029 Serviço de Serralharia	1.940,22 €	82,91 €	23,80 €	623,72 €	68,28 €	2.670,65 €	0,15%
111	0031 Serviço de Alumínios	39,56 €	- €	94,28 €	705,55 €	205,92 €	839,39 €	0,05%
111	0032 Transporte Pessoal p/Estaleiro	- €	1.098,56 €	5.058,01 €	- €	- €	6.156,57 €	0,34%
111	0033 Transp. Materiais/Máquinas-Diversos	- €	730,60 €	10.233,85 €	- €	- €	10.964,45 €	0,61%
111	0034 Trabalhos por Conta de Particulares	- €	49,84 €	- €	- €	- €	49,84 €	0,00%
111	0035 Div Turismo, Cult, Desporto, Juv e R.Social	192,55 €	44.548,21 €	3.845,80 €	16.528,16 €	- €	65.114,72 €	3,61%
111	0036 Edifício da Câmara Municipal	1.065,11 €	19.349,13 €	196,51 €	30.739,80 €	251,55 €	51.350,55 €	2,85%
111	0037 Formações	- €	889,20 €	570,03 €	13.366,24 €	- €	14.825,47 €	0,82%
111	0038 Serviços Municipais - Geral	- €	- €	- €	145,93 €	109,44 €	145,93 €	0,01%
111	0039 Div. de Águas, Saneamento e Resíduos	- €	41.937,00 €	- €	11.534,92 €	41,65 €	53.471,92 €	2,97%
111	0040 Armazém - Quintal do Arneiro -	815,32 €	8.523,40 €	510,17 €	9.142,92 €	3.477,67 €	18.991,81 €	1,05%
111	0041 Div. Educação, A.Social, Saúde e Habitação	- €	81.807,74 €	966,07 €	1.935,76 €	499,44 €	84.709,57 €	4,70%
111	0044 Apoio às Juntas de Freguesia	518,41 €	6.656,51 €	3.888,30 €	72.878,68 €	- €	83.941,90 €	4,66%
111	0047 Serviço de Carpintaria	271,01 €	- €	85,38 €	677,14 €	677,14 €	1.033,53 €	0,06%
111	0050 Serviço de Calçada	26,18 €	- €	- €	- €	- €	26,18 €	0,00%
111	0051 CIMAA - Quotização Mensal	- €	- €	- €	14.440,56 €	- €	14.440,56 €	0,80%
111	0052 ADPD - Ass Desenv. Portalegre Digital -	- €	- €	- €	3.300,00 €	- €	3.300,00 €	0,18%
111	0053 AMNA - Ass. Municípios Norte Alentejano-	- €	- €	- €	9.162,38 €	- €	9.162,38 €	0,51%
111	0054 GADE - Gab. Apoio Desenvolvimento	178,26 €	47.107,20 €	- €	6.836,37 €	5.680,00 €	54.121,83 €	3,00%
111	0055 Serviço de Pintura Auto	107,23 €	- €	146,69 €	872,40 €	872,40 €	1.126,32 €	0,06%
111	0056 Elevador do Armazém	- €	933,59 €	- €	- €	- €	933,59 €	0,05%
111	0057 ANMP - Ass. Nacional de Municípios	- €	- €	- €	4.218,00 €	- €	4.218,00 €	0,23%
111	4378 Div Águas, Saneamento, Resíduos e Obras	1.368,23 €	29.003,04 €	8.488,60 €	262,72 €	- €	39.122,59 €	2,17%
111	4395 Setor Turismo	122,05 €	- €	- €	- €	- €	122,05 €	0,01%
111	4406 CIMAA - Projectos Diversos	- €	- €	- €	5.635,99 €	- €	5.635,99 €	0,31%
ADMINISTRAÇÃO GERAL - TOTAIS		25.368,03 €	1.159.654,46 €	116.594,71 €	501.631,14 €	79.793,17 €	1.803.248,34 €	100,00%
ADMINISTRAÇÃO GERAL - TOTAIS %		1,41%	64,31%	6,47%	27,82%	4,42%	100,00%	

- A análise que se segue corresponde ao apuramento dos custos dos serviços municipais.
- Embora registando assinaláveis avanços na classificação dos custos, a dificuldade sentida provém grande parte das vezes de limitações ao nível do próprio programa utilizado (Programa AIRC) que, devido à rigidez da sua conceção, não permite melhores resultados.
- Contudo, não obstante esse facto, durante o ano 2015 foi melhorada a forma de distribuição e apuramento de custos, nomeadamente de custos com pessoal, sendo de igual forma elaborada uma matriz de imputação de custos gerais de energia;
- Desta forma é possível ter uma noção dos principais custos associados aos serviços administrativos e técnicos, com relevância para os custos com pessoal que ascendem a 1,8 milhões de €, bem como os custos com aquisição de serviços que representam o grosso dos 501,6 mil € apurados em outros custos.
- Para eventuais decisões, ao nível da gestão, sobre a natureza dos custos associados a cada serviço recomenda-se a leitura do Balancete por Serviços, desagregado por custos de materiais e por outros custos diretos com movimentos a resultados.

F	RESUMO POR FUNÇÃO	VALOR TOTAL C/CUST. INDIRETOS	PESO %
111	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.855.835,69 €	26,51%
242	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	902.487,88 €	12,89%
252	DESPORTO, RECREIO E LAZER	743.689,40 €	10,62%
244	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	511.461,87 €	7,31%
211	ENSINO NÃO SUPERIOR	499.902,91 €	7,14%
212	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	481.244,85 €	6,87%
251	CULTURA	361.374,31 €	5,16%
232	ACÇÃO SOCIAL	322.396,22 €	4,61%
245	RESÍDUOS SÓLIDOS	320.966,96 €	4,59%
243	SANEAMENTO	224.938,91 €	3,21%
121	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	168.785,30 €	2,41%
320	INDÚSTRIA E ENERGIA	165.577,94 €	2,37%
246	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA	97.172,55 €	1,39%
430	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	92.624,94 €	1,32%
310	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	63.832,44 €	0,91%
350	OUTRAS FUNÇÕES E ECONÓMICAS	61.131,85 €	0,87%
241	HABITAÇÃO	34.610,73 €	0,49%
341	MERCADOS E FEIRAS	30.107,83 €	0,43%
221	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	28.717,71 €	0,41%
253	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	16.340,01 €	0,23%
331	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	8.633,67 €	0,12%
330	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	6.351,81 €	0,09%
210	EDUCAÇÃO	1.702,84 €	0,02%
340	COMERCIO E TURISMO	116,49 €	0,00%
342	TURISMO	- €	0,00%
TOTAL		7.000.005,11 €	100,0%

Ainda assim, pode concluir-se com alguma margem de segurança que os custos apurados na contabilidade analítica correspondem à planificação inicial da gestão. Contudo, não podemos deixar de referir que os custos de amortizações influenciam substancialmente os resultados.

5. DÍVIDA TOTAL

O endividamento autárquico deve orientar-se por princípios de rigor e eficiência, prosseguindo determinados objetivos, entre os quais importa destacar:

- a) Minimização de custos diretos e indiretos numa perspetiva de longo prazo;
- b) Garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais;
- c) Prevenção de excessiva concentração temporal de amortizações;
- d) Não exposição a riscos excessivos.

O cumprimento destes objetivos visa sobretudo a solidariedade recíproca e a equidade intergeracional.

Em 01 de Janeiro de 2014 entrou em vigor o novo regime financeiro das autarquias locais, que veio alterar substancialmente o conceito de endividamento, tal como era entendido até então.

Assim, passou a existir um novo conceito – Dívida Total – a qual, nos termos previstos no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, incluindo no cálculo as entidades previstas no artigo 54.º do mesmo diploma legal, isto é, a dívida da Comunidade Intermunicipal, associações municipais constituídas ao abrigo do direito público ou privado, as empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e as entidades de outra natureza participadas não exclusivamente por municípios desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Acresce que as entidades que cumpram o limite da dívida total, só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios, nos termos previstos no artigo 52º do Regime financeiro das autarquias locais.

Para uma correta análise dos limites legais da dívida total apresenta-se o Quadro 8, cuja análise faz parte integrante do presente relatório.

Quadro 8

Receita Corrente	
Ano 2012	4.401.636,36 €
Ano 2013	4.691.281,85 €
Ano 2014	4.809.560,27 €
Soma 3 Anos	13.902.478,48 €
Média dos 3 Anos	4.634.159,49 €
Média dos 3 Anos x 1,5	6.951.239,24 €
Calculo da Divida Total	
Endividamento Bancário	3.395.050,27 €
Terceiros não Financeiros	848.195,96 €
Divida Participadas	10.271,83 €
Total da Divida	4.253.518,06 €
Divida de OT	57.690,91 €
Fundo Apoio Municipal - Art 98º OE 2015	267.573,60 €
Divida Orçamental Total	3.928.253,55 €
Total da Dívida a 01/01/2015	4.663.926,19 €
Margem da divida total utilizavel em 2015	457.462,61 €
Margem da divida total para 2015	5.121.388,80 €
Divida orçamental Total a 31/12/2015	3.928.253,55 €
Margem disponivel	1.193.135,25 €

Nestes termos, em 31 de dezembro de 2015, o Município de Sousel possui uma capacidade de dívida total, no montante de 6.951.239,24€, tendo utilizado 3.928.253,55€, encontrando-se assim, com uma margem total de 3.022.985,69€. Contudo, por força do disposto no artigo 52º, em 31-12-2015, o município de Sousel regista uma margem disponível de 1.193.135,25€.

Esta margem disponível poderia situar-se em 1.203.407,08€, se não integrasse a dívida das entidades participadas.

Importa referir que para cumprimento do estabelecido no Orçamento de Estado para 2015, o Município lançou integralmente na sua conta, o montante de 312.169,60€, referente à contribuição devida, em 7 anos, para o Fundo de Apoio Municipal. Este montante vai diminuindo anualmente em 44.596,00€, sendo este o valor a pagar.

A Lei do OE de 2015 define no seu artigo 98º que o montante acima descrito não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Quadro 9

ESTRUTURA DA DÍVIDA									
CONTA			%		%		%		%
	DÍVIDAS A TERCEIROS	2012	2012	2013	2013	2014	2014	2015	2015
221 e 228	FORNECEDORES	409.886	8,32%	386.371	7,97%	290.901	6,00%	219.203	5,17%
2312 e 2613	EMPRÉSTIMOS E LEASINGS	4.292.424	87,12%	3.851.163	79,42%	3.593.567	74,11%	3.395.050	80,01%
24	ESTADO	31.754	0,64%	38.791	0,80%	41.926	0,86%	69.488	1,64%
2611+2614+2618	FORNECEDORES IMOB	511.545	10,38%	625.140	12,89%	554.033	11,43%	230.239	5,43%
217+262+263+267+268	OUTROS CREDORES	25.372	0,51%	25.817	0,53%	368.803	7,61%	329.266	7,76%
	TOTAL	5.270.982	100%	4.927.283	100%	4.849.229	100%	4.243.246	100%
	DÍVIDAS DE TERCEIROS	2012	2012	2013	2013	2014	2014	2015	2015
28	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
211+212+213	CLIENTES E UTENTES	16.956	2,49%	68.953	7,24%	137.360	14,42%	171.188	16,36%
218	CLIENTES DE C. DUVIDOSA	111.804	16,40%	162.289	17,03%	130.398	13,68%	135.076	12,91%
24	ESTADO	0	0,00%	41.767	4,38%	96.263	10,10%	113.392	10,83%
262+263+267+268	OUTROS DEVEDORES	367.667	53,94%	408.554	42,88%	588.843	61,80%	626.962	59,90%
	TOTAL	496.427	100%	681.565	100%	952.864	100%	1.046.619	100%

Em matéria de endividamento importa ainda efetuar uma breve referência à estrutura da dívida, situação que passamos a analisar:

- As dívidas a fornecedores correntes sofreram decréscimo de 0,83 pontos percentuais, no peso total de Dívidas a Terceiros em 2015, por comparação com as dívidas a fornecedores registados no peso total de Dívidas a Terceiros em 2014;
- Em matéria de empréstimos de médio e longo prazo e leasings registou-se um decréscimo real de 198.517€. Acresce que, este valor no peso total de Dívidas a Terceiros em 2015, por comparação com o peso total da Dívidas a Terceiros em 2012, sofreu um decréscimo de 7,10 pontos percentuais;
- Relativamente aos fornecedores de imobilizado, estes valores sofreram um decréscimo de 6,00 pontos percentuais em comparação com o ano 2014;
- No que se refere a dívidas de terceiros, estas registaram um acréscimo em relação aos anos anteriores. Para o montante elevado destas dívidas muito contribuem os montantes por receber no âmbito do QREN.

6. INDICADORES

	AB	N AP	AL	N-1 AL	N-2 AL
Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431 Terrenos e recursos naturais	2.100.928,31	0,00	2.100.928,31	2.100.928,31	2.100.928,31
432 Edifícios	698.198,53	96.976,17	601.222,36	612.055,60	622.888,84
433 Outras construções e infra-estruturas	26.815.364,39	14.599.694,56	12.215.669,83	13.559.628,07	14.585.463,21
435 Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
439 Outros bens de domínio público	9.203,51	9.203,51	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	6.017,62	0,00	6.017,62	0,00	112.313,51
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
431 Despesas de instalação	1.913,88	0,00	1.913,88	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	685.736,48	386.324,11	299.412,37	274.115,56	395.673,99
433 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
434 Imobilizações em curso	115.073,55	0,00	115.073,55	159.804,59	151.216,00
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
421 Terrenos e recursos naturais	2.438.632,18	0,00	2.438.632,18	2.480.148,48	2.631.577,38
422 Edifícios e outras construções	15.460.126,48	1.709.722,80	13.750.403,68	8.473.150,84	8.381.990,15
423 Equipamento básico	2.972.705,22	1.968.976,08	1.003.729,14	494.504,43	594.665,16
424 Equipamento de transporte	2.190.027,94	1.593.232,20	596.795,74	647.235,97	649.005,12
425 Ferramentas e utensílios	30.874,32	30.604,26	270,06	315,78	361,50
426 Equipamento administrativo	1.267.512,80	1.146.149,38	121.363,42	77.440,53	85.574,36
427 Tarefas e vasilhame	2.446,85	2.446,85	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	475.152,06	40.835,55	434.316,51	434.316,51	434.318,09
442 Imobilizações em curso	1.156.169,61	0,00	1.156.169,61	3.528.082,33	2.111.559,34
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
411 Partes de capital	0,00	77.512,05	-77.512,05	-223.730,22	-67.235,58
412 Obrigações e títulos de participação	886.627,04	0,00	886.627,04	453.745,55	145.023,99
414 Investimentos em imóveis	444.361,14	313.131,63	131.229,51	141.428,77	166.718,80
415 Outras aplicações financeiras	1.247,00	0,00	1.247,00	1.247,00	1.247,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Circulante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	48.762,17	0,00	48.762,17	48.291,19	54.607,56
35 Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 Produto acabados e intermediários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32 Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	100,99
37 Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - Curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28 Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211 Clientes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
212 Contribuintes, c/c	956,20	0,00	956,20	816,03	750,40
213 Utentes, c/c	170.232,10	0,00	170.232,10	136.544,31	68.204,84
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	135.076,32	125.887,41	9.188,91	1.809,22	40.261,11
251 Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
229 Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24 Estado e outros entes públicos	113.392,26	0,00	113.392,26	96.262,81	41.766,67
264 Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268 Outros devedores	626.962,25	0,00	626.962,25	588.843,09	408.554,11
Títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151 Ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153 Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159 Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Depósitos em instituições financeiras	202.247,16	0,00	202.247,16	353.418,95	251.253,65
11 Caixa	7.401,31	0,00	7.401,31	4.038,64	8.912,55
11 Acréscimos e diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
271 Acréscimos de proventos	11.556,01	0,00	11.556,01	47.791,66	144.108,46
272 Custos diferidos	17.377,87	0,00	17.377,87	15.056,29	12.954,31
Fundos próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51 Património	10.539.930,95	0,00	10.539.930,95	10.504.230,95	10.495.003,18
55 Ajustamento de partes de capital em empresas	-991.661,61	0,00	-991.661,61	-1.570.761,27	-1.410.818,59
36 Reservas de reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
571 Reservas legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
572 Reservas estatutárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
573 Reservas contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
574 Reservas livres	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
575 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
576 Doações	1.531.316,52	0,00	1.531.316,52	1.531.316,52	1.531.316,52
577 Reservas decorrentes de transferência de activos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59 Resultado transitados	4.112.060,30	0,00	4.112.060,30	5.344.628,99	5.774.808,10
88 Resultado líquido do exercício	-87.614,63	0,00	-87.614,63	-823.359,58	-430.179,11
Passivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provedores para riscos e encargos	1.179.296,93	0,00	1.179.296,93	1.093.625,25	748.677,32
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2312 Dívidas a instituições de crédito	2.703.211,55	0,00	2.703.211,55	3.335.890,04	3.564.497,68
2613 Fornecedores de Imobilizado Leasing	217.796,49	0,00	217.796,49	257.677,14	286.665,41
2681262 Outros Credores - FAM - MLP	222.977,60	0,00	222.977,60	0,00	0,00
Dívidas a terceiros - Curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2311 Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
269 Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
221 Fornecedores, c/c	219.202,62	0,00	219.202,62	196.494,94	386.371,25
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	94.405,95	0,00
252 Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
217 Clientes e utentes c/ caução	3.152,64	0,00	3.152,64	3.152,64	3.152,64
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c	130.285,54	0,00	130.285,54	369.032,54	440.139,65
24 Estado e outros entes públicos	69.488,09	0,00	69.488,09	41.925,70	38.791,32
264 Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 + 267 + 268 Outros credores	103.135,80	0,00	103.135,80	365.650,21	22.664,60
2615 Fornecedores Imobilizado - Facturas em Rec e Conf	99.953,67	0,00	99.953,67	185.000,00	185.000,00
2614 Fornecedores de imobilizado Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
231211 Dívidas a instituições de crédito - MLP - CF	427.054,62	0,00	427.054,62	0,00	0,00
26131 Fornecedores de imobilizado Leasing	46.987,61	0,00	46.987,61	0,00	0,00
Acréscimos e diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
273 Acréscimos de custos	465.266,22	0,00	362.200,83	465.266,22	456.714,18
274 Proventos diferidos	15.113.114,05	0,00	16.102.810,48	15.113.114,05	12.041.959,67
TOTAL ACTIVO	59.092.282,56	22.100.696,56	36.991.586,00	36.507.290,29	34.134.763,82
TOTAL PASSIVO	36.104.954,96	0,00	36.991.586,00	36.507.290,29	34.134.763,82

INDICADORES				2015		2014		2013		VARIAÇÃO	
										2015/2014	2014/2013
SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	15 104 032	69,01%	14 986 056	69,63%	15 960 130	87,82%	-0,63	-18,18
			Passivo	21 887 554		21 521 235		18 174 634			
	2	Solvabilidade II	Activo Líquido	36 991 586	169,01%	36 507 290	169,63%	34 134 764	187,82%	-0,63	-18,18
			Passivo	21 887 554		21 521 235		18 174 634			
	3	Solvabilidade Adaptado	Activo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	22 067 748	100,82%	20 234 678	94,02%	16 713 170	91,96%	6,80	2,06
			Passivo	21 887 554		21 521 235		18 174 634			
	4	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	15 104 032	40,83%	14 986 056	41,05%	15 960 130	46,76%	-0,22	-5,71
			Activo Líquido	36 991 586		36 507 290		34 134 764			
	EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	5	Liquidez Geral	Activo Circulante	1 333 964	7,78%	1 292 872	7,88%	1 031 475	7,84%	0,10
Passivo Circulante				17 146 624	16 416 395		13 157 146				
6		Liquidez Imediata	Disponibilidades	209 648	1,22%	357 458	2,18%	260 166	1,98%	0,95	0,20
			Passivo Circulante	17 146 624		16 416 395		13 157 146			
IMOBILIZAÇÕES	7	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	18 665 665	52,16%	18 997 270	53,95%	20 228 941	61,11%	-1,78	-7,16
			Imobilizado Líquido	35 783 510		35 214 418		33 103 289			
	8	Indicador das imobilizações II	Fundo Patrimonial	15 104 032	42,21%	14 986 056	42,56%	15 960 130	48,21%	-0,35	-5,66
			Imobilizado Líquido	35 783 510		35 214 418		33 103 289			
	9	Indicador das imobilizações III	Capitais Alheios de MLP	3 561 633	9,95%	4 011 215	11,39%	4 268 811	12,90%	-1,44	-1,50
			Imobilizado Líquido	35 783 510		35 214 418		33 103 289			
	10	Indicador das imobilizações IV	Capitais Alheios de Curto Prazo	15 521 679	43,38%	15 403 703	43,74%	16 377 778	49,47%	-0,37	-5,73
			Imobilizado Líquido	35 783 510		35 214 418		33 103 289			
	11	Porcentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	35 783 510	96,73%	35 214 418	96,46%	33 103 289	96,98%	0,28	-0,52
			Activo Líquido	36 991 586		36 507 290		34 134 764			
	12	Porcentagem de imobilizado líquido de BDP	Imobilizado de Domínio Público Líquido	14 923 838	40,34%	16 272 612	44,57%	17 421 594	51,04%	-4,23	-6,46
			Activo Líquido	36 991 586		36 507 290		34 134 764			
ENDIVIDAMENTO	13	Endividamento	Passivo	21 887 554	59,17%	21 521 235	58,95%	18 174 634	53,24%	0,22	5,71
			Activo Líquido	36 991 586		36 507 290		34 134 764			
	14	Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	3 143 986	8,50%	3 593 567	9,84%	3 851 163	11,28%	-1,34	-1,44
			Activo Líquido	36 991 586		36 507 290		34 134 764			
	15	Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	2 703 212	7,31%	3 335 890	9,14%	3 564 498	10,44%	-1,83	-1,30
			Activo Líquido	36 991 586		36 507 290		34 134 764			
	16	Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	1 099 261	2,97%	1 255 662	3,44%	1 076 119	3,15%	-0,47	0,29
			Activo Líquido	36 991 586		36 507 290		34 134 764			
	17	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00
			Activo Líquido	36 991 586		36 507 290		34 134 764			
	18	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	3 143 986	14,36%	3 593 567	16,70%	3 851 163	21,19%	-2,33	-4,49
			Passivo	21 887 554		21 521 235		18 174 634			
	19	Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	1 099 261	5,02%	1 255 662	5,83%	1 076 119	5,92%	-0,81	-0,09
			Passivo	21 887 554		21 521 235		18 174 634			

A autonomia financeira do Município diminuiu relativamente ao exercício anterior contribuindo essencialmente para esta diminuição o reajustamento efetuado no registo patrimonial dos bens de 2002, bem como os investimentos realizados.

Por outro lado, estes investimentos resultaram num aumento do ativo líquido. Contudo, a autonomia do Município de Sousel ainda ascende a 40,83%.

A liquidez imediata diminuiu devido à diminuição das disponibilidades do município.

- O imobilizado líquido total representa 96,73% do total do ativo líquido;
- O imobilizado de domínio público diminuiu no ano 2015, por via do reajustamento patrimonial efetuado, pois registava uma sobrevalorização significativa.
- O passivo representa 59,17% do Ativo líquido, sendo de realçar que as dívidas de MLP representam 8,50% do ativo líquido e 14,36% do Passivo.

Pela análise dos indicadores o município de Sousel mantém uma estrutura financeira estável e equilibrada, situação que lhe permitiu em 2015 promover significativos investimentos que contribuem para a melhoria das condições de vida e bem-estar de toda a população.

Nos investimentos mais significativos podemos identificar alguns e abordar as suas funções e características.

PARQUE URBANO DE SOUSEL

A requalificação do espaço publico situado em frente ao Novo Centro Escolar, revestiu-se da maior importância para a abertura e para a correta utilização daquele espaço. Sem esta intervenção, o acesso ao novo Centro Escolar ficaria condicionado, pois os terrenos adjacentes colocariam em risco a utilização do espaço, bem como o acesso ao mesmo.

Esta intervenção foi pensada para possibilitar uma futura construção do Parque Urbano de Sousel, que fará a interligação entre o edifício do novo Centro Escolar e a Avenida 25 de Abril.

As obras de requalificação, deixaram já preparadas as infraestruturas necessárias à ligação entre os dois espaços, sendo esta uma obra que ascendeu a 98.935,82€.



CENTRO ESCOLAR

A educação tem sido, ao longo dos últimos anos, uma das prioridades desta Câmara Municipal. Trata-se da área onde o investimento mais tem crescido, quer na conservação e criação de infraestruturas como no apoio a uma oferta diversificada que permita aos alunos um desenvolvimento saudável e uma formação sólida que se quer o mais eclética possível. Esta aposta tem assentado num princípio de complementaridade e articulação em rede dos recursos existentes, aproveitando as características do território do concelho e procurando preservar, sempre que possível, as pequenas centralidades que dão vida às comunidades que o compõem.

O diagnóstico produzido aquando da elaboração da Carta Educativa do Município identificou a substituição do atual edifício da EB2/3, que funcionava num espaço pré-fabricado, com graves problemas ao nível da conservação. Foi desta necessidade que surgiu a construção do novo centro escolar de Sousel, entendido como imprescindível para a igualdade no acesso a uma educação de qualidade, combatendo o abandono precoce e esbatendo as disparidades e desigualdades evidenciadas sobretudo nas áreas de maior isolamento. Entretanto, vicissitudes várias, onde se incluem algumas condicionantes climatéricas e os habituais imprevistos em obras, levaram a significativos atrasos e só foi possível entrar em completo funcionamento no ano letivo 2015/2016.

Com este enorme investimento foi possível abrir o parque escolar à comunidade, criando ainda condições funcionais e de segurança no espaço, para que nos horários pós ou extraescolares, o edifício possa ser utilizado pela comunidade no âmbito das atividades associadas à formação contínua (pós-laboral), aos eventos culturais e sociais, ao desporto e ao lazer.

Pretende-se ainda fomentar a correta utilização das instalações e dos equipamentos, formando, acompanhando e responsabilizando os seus utilizadores, criando condições para uma maior articulação com o meio envolvente, associado a uma correta valorização patrimonial, garantindo o aproveitamento integral das potencialidades instaladas no edifício Escolar. Uma escola moderna contribui para o bem-estar de alunos, professores e pessoal não-docente, ajuda a criar laços entre estes e o espaço envolvente e favorece a participação de todos no projeto educativo. O programa de modernização das escolas enquadra-se numa estratégia mais ampla que visa atrair alunos para o ensino secundário, em particular, para os cursos profissionais e é nesta dianteira que nos queremos situar, criando todas as condições para que futuramente seja um sucesso.

Trata-se de um investimento que ronda **6 589 677€**, incluindo os arranjos exteriores, campo de jogos, ginásio e pavilhão desportivo, financiados por fundos comunitários, pelo Ministério da Educação e por recursos próprios da autarquia.



CAME – CENTRO DE APOIO ÀS MICRO-EMPRESAS

O modelo de desenvolvimento pensado para Portugal, relegou ao esquecimento uma faixa afastada dos centros de desenvolvimento do Litoral, onde Sousel se inclui.



O Município de Sousel pretende com a construção do CAME criar novas oportunidades para as empresas, gerar outras alternativas de investimento, assegurar a aposta em novas tecnologias e a criação de riqueza para os empreendedores.



Pretende-se ainda estimular a empregabilidade dos jovens mais qualificados, contribuir para o desenvolvimento económico e social do concelho, diminuir a apetência pela migração entre os jovens, combatendo, a prazo, o despovoamento do concelho.

A forma que o Município concebeu o projeto do CAME foi a colaboração na criação de novas empresas, que visem por elas próprias a promoção e o desenvolvimento do concelho de Sousel e da região Alentejo.

Este investimento ascende a 542.529,36€, financiado por fundos comunitários.



7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as demonstrações financeiras do ano 2015, o resultado líquido do exercício foi 87.614,63€ negativo, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

O POCAL (ponto 2.7.3) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 11 de fevereiro, nada define para um resultado líquido do exercício negativo. Assim, e porque a conta de 59 – Resultados transitados acolhe os resultados líquidos (positivos ou negativos) do exercício anterior, propõe-se que o resultado líquido do exercício seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

8. CONCLUSÃO

Para finalizar não podemos deixar de referir que a situação económica e financeira que o país atravessa poderá ter impacto no grau de execução orçamental do Município de Sousel, em anos futuros, pois as sucessivas diminuições de fundos provenientes do Orçamento de Estado, acrescido do aumento das despesas correntes, nomeadamente com o aumento do IVA da eletricidade e outros bens essenciais, conduzem a um aumento exponencial das despesas correntes.

De salientar que o aumento da capacidade de intervenção do município, assim como o assumir de novas competências, nomeadamente ao nível da educação, da Saúde e da ação social, se não forem devidamente acompanhadas dos recursos financeiros necessários, aumentam também o nível de despesas correntes. Prevê-se que nos próximos anos estas competências tenham uma expressão bastante significativa, mas de uma enorme importância para os residentes do Concelho de Sousel.

Sousel, 30 de março 2016

O Presidente da Câmara Municipal

Dr. Armando Varela

Reunião da Câmara Municipal	Sessão da Assembleia Municipal
O EXECUTIVO	A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL